



gestão de ativos
sgoic

**RELATÓRIO &
CONTAS**

2021

IM Gestão de Ativos – Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, SA.
Av. da República 25, 5-A, 1050-186 Lisboa - Portugal. Capital Social de 1.000.000,00 Euros.
Registada na Conservatória do Registo Comercial sob o número único de matrícula e identificação fiscal 502 151 889.

Índice

RELATÓRIO DE GESTÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	4
SÍNTESE DE EVOLUÇÃO DOS MERCADOS EM 2021	6
EVOLUÇÃO DA INDÚSTRIA DE FUNDOS DE INVESTIMENTO EM 2021.....	12
PRINCIPAIS INICIATIVAS LEGISLATIVAS DE 2021	14
PRINCIPAIS EVENTOS DE 2021.....	20
GESTÃO DE RISCO EM 2021	23
ATIVIDADE COMERCIAL EM 2021	26
DESEMPENHO FINANCEIRO EM 2021.....	33
PERSPETIVAS PARA O TRIÉNIO 2022/24.....	37
REMUNERAÇÕES PAGAS A COLABORADORES E ÓRGÃOS SOCIAIS DA SOCIEDADE EM 2021	42
PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS DE 2021	44
ESTRUTURA E PRÁTICAS DO GOVERNO SOCIETÁRIO	46
NOTA FINAL.....	49
ANEXOS	50
▪ DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E NOTAS ANEXAS	
▪ RELATÓRIO DE AUDITORIA	
▪ CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS	
▪ RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL	
▪ RESPONSABILIDADE CORPORATIVA: DESEMPENHO AMBIENTAL 2021	

Relatório de Gestão do Conselho de Administração



Relatório de Gestão do Conselho de Administração

O ano de 2021 ficou marcado, uma vez mais, pelo impacto da Covid-19. A maior pandemia dos últimos 100 anos originou significativas perdas humanas e económicas, provocando uma transformação radical em várias dimensões, desde os padrões de consumo ao modo como trabalhamos e interagimos.

A rapidez e eficácia da vacinação em Portugal travou o forte agravamento pandémico registado no início do ano, no entanto, a chegada das variantes *delta* e, mais recentemente, da *ómicron*, ditaram o regresso das restrições e confinamentos à escala mundial, o que poderá vir a reduzir o ritmo da retoma económica para os níveis pré-pandemia nos próximos meses.

Num contexto socioeconómico desafiante, a IM Gestão de Ativos - SGOIC, SA (IMGA) voltou a registar um crescimento significativo da sua atividade em 2021.

A recuperação dos mercados financeiros e o aumento do número de subscrições de fundos de investimento permitiram à IMGA superar os €4,3B de ativos sob gestão, reforçando a sua posição como maior sociedade gestora independente a nível nacional e, cada vez mais, uma referência do setor na Península Ibérica.

No âmbito do seu Plano Estratégico, a IMGA reforçou também a oferta de Fundos de Capital de Risco - com 4 fundos em fase de colocação e 2 em fase final de registo junto da CMVM -, e alargou a sua rede de distribuição de fundos, para um total de 8 entidades comercializadoras a partir de 2022.

Destaque ainda para o investimento significativo realizado em sistemas, de modo a preparar a estrutura para as alterações normativas e legislativas introduzidas ao longo de 2021, nomeadamente ao nível de sustentabilidade e critérios ESG (*Environmental, Social and Governance*), bem como para o constante reforço dos procedimentos internos e de controlo, possibilitando uma monitorização contínua dos riscos da Sociedade e dos fundos por si geridos.

Síntese de Evolução dos Mercados em 2021



Síntese de Evolução dos Mercados em 2021

ENQUADRAMENTO INTERNACIONAL

A sinopse de 2021 remete-nos para um ano desafiante, em múltiplas dimensões distinto do balanço económico de 2020, embora com um evidente ponto em comum, o impacto da pandemia.

O SARS-CoV-2, o novo coronavírus identificado em 2020, provou-se a maior pandemia do último século, significou valiosas perdas humanas e económicas e implicou uma transformação radical dos mais diversos prismas, desde os padrões de consumo ao modo como trabalhamos e interagimos. O seu impacto foi apenas minimizado pela implementação de medidas radicais de contenção da crise de saúde pública e pela resposta célere e proporcional das políticas económicas à escala global.

A identificação e a subsequente aprovação das vacinas permitiram que as perspetivas para 2021 fossem francamente mais otimistas. Iniciava-se um novo ciclo, a sua rápida distribuição, embora condicionada pelo ritmo de produção e de distribuição, os elevados níveis de eficácia das vacinas admitiam um levantamento definitivo das restrições pandémicas e uma progressiva normalização da atividade económica.

Este processo não seria, no entanto, linear. O relaxamento das restrições à mobilidade no final de 2020 provou-se prematuro e resultou numa nova vaga de infeções à escala global, com maior proeminência na Europa e nos EUA. Seguiu-se uma trajetória equivalente em vários países emergentes, de proporções trágicas no Brasil e na Índia, assim como vagas adicionais nos EUA, Reino Unido e em vários países asiáticos entre julho e setembro e uma nova vaga de infeções na Europa nos derradeiros meses de 2021.

Por outro lado, desde a identificação da variante original, a Covid-19 adaptou-se e transformou-se. Embora as diferentes mutações do vírus se tenham provado, até ao presente, incapazes de comprometer os elevados níveis de eficácia das vacinas, principalmente contra doença grave, o surgimento de mutações tendencialmente mais infecciosas como a *delta* e a mais recente *ómicron*, originárias em países em desenvolvimento, reforçou a importância da sua rápida e abrangente inoculação à escala global.

À semelhança do verificado em 2020, a resposta à deterioração da situação pandémica contou com abordagens diferenciadas, relacionada com a respetiva propensão para (re)introduzir confinamentos e com os níveis de capacidade dos sistemas de saúde.

A resposta europeia voltou a primar a imposição de confinamentos generalizados entre o final de 2020 e o início de 2021 e de medidas preventivas contra a infeção. Estas medidas provaram-se mais uma vez eficazes numa ótica pandémica, mas contribuíram para mais dois trimestres de contração da atividade económica. Face aos já elevados níveis de cobertura de vacinação e aos maiores níveis de resistência a confinamentos generalizados, a nova vaga de infeções verificada no quarto trimestre de 2021 contou com uma resposta mais contida das autoridades. Em oposição à abordagem europeia, a resposta nos EUA foi mais moderada, o que, a par dos estímulos económicos implementados, contribuiu para o diferencial de crescimento observado no primeiro semestre de 2021.

Não obstante os desafios colocados pela pandemia, o progresso da vacinação, a abordagem tendencialmente mais branda das autoridades e a capacidade de adaptação dos agentes económicos foram determinantes para que 2021 fosse um ano de forte retoma económica, que em alguns casos permitiu suplantar totalmente a quebra ocorrida no ano anterior.

O papel da política económica foi determinante neste processo de recuperação económica. A atuação dos principais bancos centrais manteve-se profundamente acomodatória, quer pela via de taxas diretoras em mínimos históricos, quer pela continuidade dos programas de compra massiva de ativos financeiros.

No âmbito da política orçamental, destaque para o impulso ocorrido nos EUA. Nove meses depois da promulgação do CARES Act, um pacote de aproximadamente 11% do PIB dos EUA, a Administração Trump aprovou legislação que proporcionou \$900B adicionais, que reforçaram e permitiram a continuidade de alguns dos programas extraordinários de suporte económico do CARES Act e incluiu uma nova ronda de distribuição de cheques aos cidadãos norte-americanos. Este pacote seria reforçado três meses mais tarde pela Administração Biden, via estímulos suplementares de \$1,9T (10% do PIB), que entre outras iniciativas incluiu uma ronda adicional de cheques às famílias. Estas medidas impulsionaram o consumo privado, contribuíram para uma recuperação mais célere da atividade e para um nível do produto próximo do potencial já no final de 2021. Nos derradeiros meses de 2021 foi ainda aprovado o plano de investimento de infraestruturas, com validação bipartidária, que resultará num montante adicional de despesa de \$550B ao longo dos próximos cinco anos. Permanece em discussão a aprovação da agenda de políticas sociais do Partido Democrata (com um montante potencial próximo de \$1,75T), que poderá constituir um impulso adicional ao consumo privado e contribuir para uma compressão das desigualdades sociais nos EUA.

Na Área do Euro, a abordagem foi menos expansionista do que nos EUA, mas ainda assim mais acomodatória do que o antecipado no início do ano, em virtude da vigência mais prolongada dos mecanismos estatais de suporte ao emprego e à atividade económica. A recuperação económica europeia, especificamente o investimento, contou já em 2021 com o contributo positivo dos fundos comunitários correspondentes ao Plano de Recuperação e Resiliência Europeu. A suspensão do Pacto de Estabilidade e Crescimento permitirá um regresso apenas gradual da disciplina orçamental.

O enquadramento descrito permitiu que o crescimento do PIB mundial tenha já suplantado o nível pré-pandémico e que o ritmo fosse próximo de 6% em 2021, o mais pronunciado desde os anos 70, após uma quebra de 3,1% em 2020. Este desempenho oculta, no entanto, divergências entre geografias. Destaque positivo para as economias desenvolvidas, mais avançadas no processo de vacinação e beneficiárias de uma postura mais expansionista das suas políticas orçamentais, em oposição aos emergentes, tendencialmente mais atrasados na retoma da trajetória de crescimento pré-pandémico e alvo de uma reversão mais célere das respetivas políticas económicas expansionistas.

O ritmo de crescimento dos EUA destacou-se das demais economias desenvolvidas, tendo atingido ainda no segundo trimestre de 2021 o nível de atividade verificado antes da pandemia, embora o emprego permaneça abaixo desse patamar. Apesar do abrandamento verificado no segundo semestre, o crescimento anual deverá fixar-se acima de 5,5% em 2021. O crescimento do consumo privado provou-se determinante para este registo, impulsionado pelas transferências sociais, que de forma agregada mais do que substituíram a perda de rendimento laboral durante a crise pandémica.

Após uma contração do PIB no primeiro trimestre do ano, os avanços no processo de vacinação na Área do Euro foram determinantes para a remoção progressiva das restrições pandémicas e para a reabertura económica da região. Tal resultou num crescimento robusto da atividade no segundo e terceiro trimestres, catapultado pelo consumo privado, em particular pela retoma das atividades relacionadas com a prestação de serviços, como seja a restauração e a hotelaria. Embora permaneça abaixo do seu nível no final de 2019, o emprego deverá continuar a recuperar e a suportar o rendimento e o consumo privado. Apesar do abrandamento económico esperado no quarto trimestre de 2021, induzido pelas restrições pandémicas e pelas disrupções nas cadeias de abastecimento, o PIB da Área do Euro deverá encerrar o ano muito próximo do nível pré-Covid, embora ainda distante da trajetória de crescimento que antecedeu a pandemia.

Tendo registado uma das maiores quebras da atividade no primeiro trimestre de 2021 e estando entre os blocos mais afetados pelas disrupções nas cadeias de abastecimento, a Alemanha deverá estar entre as economias da região com o crescimento mais moderado em 2021, em oposição a França e Itália, que deverão atingir crescimentos anuais próximos de 6% no cômputo anual. Embora a economia espanhola tenha registado a maior quebra do PIB da região, a recuperação em 2021 será apenas modesta, fruto da recuperação parcial do consumo privado e do comportamento desapontante do investimento.

A dinâmica económica do Reino Unido, particularmente dependente do setor dos serviços, mostrou-se igualmente vulnerável ao panorama pandémico no país. Mais especificamente, apesar da abordagem algo errática em resposta à pandemia pelas autoridades britânicas, a remoção das restrições pandémicas no país permitiu uma forte retoma da atividade económica a partir do segundo trimestre de 2021. Ainda assim, o nível do produto permanece algo distante do observado em dezembro de 2019.

O atraso no processo de vacinação e a consequente abordagem mais intrusiva do Japão à pandemia, comparativamente a outros países desenvolvidos, significou a manutenção de restrições durante um período mais alargado e o respetivo atraso no processo de reabertura. A aceleração da vacinação, a dinâmica de crescimento das trocas comerciais mundiais e os estímulos orçamentais do novo executivo liderado por Fumio Kishida contribuirão para uma retoma acelerada do crescimento do Japão nos próximos trimestres.

O desempenho económico da China, que fez parte do restrito grupo de economias que ultrapassou o nível de atividade pré-pandémico ainda em 2020, esteve em foco ao longo de 2021. Tal deveu-se a um conjunto de fatores endógenos e exógenos. Entre os endógenos destacou-se a postura de “tolerância zero” à pandemia, a política de cedência de crédito mais restritiva (em particular no que se refere ao setor imobiliário), a política orçamental contracionista e a abordagem regulamentar mais intervencionista. A estas forças acresceram fatores de natureza mais exógena, como sejam as disrupções nas cadeias de abastecimento e a subida dos preços da energia, que condicionaram a atividade económica, em particular na indústria. O crescimento real do PIB em 2021 ter-se-á, ainda assim, aproximado de 8%, consistente com o objetivo traçado pelo executivo de Xi Jinping (crescimento superior a 6%).

Entre as demais economias emergentes nota para desempenhos bastante diferenciados, frequentemente determinados por fatores idiossincráticos. De forma genérica, se os países com elevada intensidade exportadora beneficiam da valorização das matérias-primas, os países dependentes da importação dos mesmos bens sofrem um choque nos termos de troca no comércio internacional. Por outro lado, o processo de vacinação em algumas das principais economias emergentes permaneceu embrionário, ao longo de boa parte do ano de 2021, o que dificultou a reabertura integral destas economias e adiou a recuperação das receitas relacionadas com o turismo. Destaque ainda para o contexto político adverso em alguns países na América Latina e para o acréscimo significativo da inflação, que determinou uma remoção prematura dos estímulos monetários e orçamentais implementados durante o período pandémico.

Uma das temáticas mais discutidas em 2021 prende-se com a evolução da inflação, a durabilidade deste fenómeno e quais as suas potenciais implicações. De acordo com a OCDE, a inflação do G20 deverá atingir médias anuais de 3,8% em 2021, de 4,4% em 2022 e de 3,8% em 2023, o que corresponde às leituras mais elevadas da última década.

Uma aceleração da inflação em 2021 era um cenário concebível à partida, atendendo às distorções causadas por efeitos de base após cortes do IVA, épocas de saldos em timings diferenciados e pelo colapso do preço das matérias-primas em 2020, mas a sua proporção e durabilidade surpreenderam a generalidade dos analistas. Para tal contribuíram a forte valorização das matérias-primas em 2021 e as fortes disrupções nas cadeias de abastecimento, que originaram um aumento dos preços de transporte. Nota igualmente para um fenómeno de

excesso de procura de bens, fomentado pelos confinamentos forçados e por níveis de poupança excedentários nas economias desenvolvidas. Por fim, saliente-se ainda a normalização dos preços nos setores mais afetados pela pandemia à medida que a reabertura das economias progrediu, como sejam os setores do turismo, do lazer e da restauração.

Os fatores citados contribuíram ao longo do ano de 2021 para níveis de inflação para os quais já não tínhamos memória, que conduziram a inflação subjacente para o registo mais elevado desde os anos 80 e para máximos de 30 anos no Reino Unido e na Alemanha.

A inflação nas economias emergentes registou igualmente uma dinâmica ascendente, o que justificou uma reversão prematura dos estímulos monetários implementados em 2020. Em contraste, a postura dos bancos centrais das economias desenvolvidas manteve-se expectante, em virtude de uma perspetiva de normalização da inflação após o dissipar das pressões de carácter “transitório”. No entanto, esta visão foi evolutiva e perante a maior durabilidade que o esperado e os riscos de parte destas pressões assumirem um carácter mais permanente, assistiu-se a uma postura progressivamente mais agressiva, que incluiu a redução prematura das compras de ativos pela Reserva Federal dos EUA (Fed) e uma subida de taxas diretoras pelo Banco Central de Inglaterra ainda em 2021, antecipando-se subidas adicionais, nomeadamente pela Fed em 2022.

ECONOMIA PORTUGUESA

Após o PIB português ter registado em 2020 a maior quebra desde, pelo menos, 1954, a economia portuguesa deverá assinalar uma forte recuperação em 2021, embora numa proporção insuficiente para retomar o nível de atividade pré-pandémico.

O perfil da recuperação económica da economia portuguesa assemelhou-se ao da Área do Euro, marcado pelo impacto do segundo ciclo de confinamentos austeros entre o final de 2020 e o início de 2021. Sem surpresa, as rubricas mais afetadas foram o consumo privado (quebra superior a 4% no primeiro trimestre de 2021) e as exportações de serviços, em particular as atividades relacionadas com o turismo. A contração em cadeia do PIB nos primeiros três meses de 2021 foi superior à da média da Área do Euro, mas ainda assim foi muito menos pronunciada que a do primeiro confinamento geral, o que traduz a capacidade de adaptação dos agentes económicos, o enquadramento externo mais favorável e as políticas monetária e orçamental acomodaticias. Nota para a resiliência do investimento no período.

A situação económica conheceu uma recuperação nos meses seguintes, possibilitada pelo levantamento gradual das medidas de contenção e pelo acréscimo dos índices de confiança com os avanços na vacinação, o que permitiu uma rápida recuperação dos indicadores de mobilidade para níveis próximos da “normalidade”. Efetivamente, o crescimento de 4,4% no segundo trimestre de 2021 permitiu ultrapassar a quebra dos primeiros meses do ano, tendo a economia portuguesa figurado entre as que mais cresceram na Área do Euro nesse período.

A dinâmica de crescimento manteve-se no trimestre seguinte, em que o PIB real avançou 2,9%, o que posicionou o produto 3,2 pontos percentuais abaixo do nível pré-pandémico, um fosso que apenas será preenchido ao longo do ano de 2022. Entre as principais rubricas na ótica da despesa, são as mais penalizadas pelo enquadramento pandémico as que se encontram mais distantes do patamar base de final de 2019. Ainda assim, importa salientar a retoma destas atividades no terceiro trimestre, em particular das exportações de serviços turísticos. Inversamente, a formação bruta de capital fixo ultrapassou ainda em 2020 o patamar pré-pandémico, fruto do desempenho robusto da atividade respeitante ao setor da construção e do investimento em maquinaria e

equipamento, setores que evidenciaram uma trajetória de arrefecimento entre o segundo e terceiro trimestres de 2021.

A evolução da atividade permaneceu diferenciada numa ótica setorial, com uma estabilização do valor acrescentado bruto da indústria, uma contração no setor da construção e um crescimento forte dos serviços no segundo e terceiro trimestres do ano, particularmente no comércio, alojamento e restauração (+12% no período, comparativamente aos seis meses anteriores e +15,7% face ao período homólogo). Importa ainda salientar o impacto dos constrangimentos nas cadeias de fornecimento globais na indústria e no setor da construção, via escassez de matérias-primas e de bens intermédios e o aumento do preço destes bens. O inquérito trimestral do INE ao setor empresarial confirma este fenómeno como o principal constrangimento à produção, em particular na fabricação de produtos eletrónicos, informáticos e na produção automóvel, o que afeta a atividade e impacta o volume de exportações.

A retoma da atividade económica em Portugal foi acompanhada por uma recuperação célere do emprego e do número de horas trabalhadas, antecipando-se para estas duas rubricas crescimentos de 2,5% e de 8,3% em 2021, após quebras de 1,9% e de 9,3% em 2020, respetivamente. Esta evolução reflete, maioritariamente, as medidas de apoio à preservação dos vínculos laborais durante o período mais crítico da crise pandémica, permitindo que o nível de emprego tenha ultrapassado o nível pré-pandémico no segundo trimestre de 2021, antecipando-se que o número de horas trabalhadas atinja esse nível entre o final de 2021 e os primeiros meses de 2022.

Não obstante a recuperação económica, a situação das finanças públicas continuará a refletir as sequelas da quebra pandémica ao longo dos próximos anos, projetando-se uma redução do défice orçamental de 5,7% para 4,3% em 2021 e uma moderação do rácio de dívida pública de 133,6% para 128% do PIB, ainda amplamente superior aos 116,8% de 2019.

Evolução da Indústria de Fundos de Investimento em 2021



Evolução da Indústria de Fundos de Investimento em 2021

Segundo o relatório da European Fund and Asset Management (EFAMA) referente às tendências internacionais da indústria de gestão de fundos, no final do terceiro trimestre de 2021 o mercado mundial de fundos abertos regulados situou-se nos €63,3T, o que representa um crescimento de 14,6% no ano e de 21,3% face ao mesmo período de 2020. As vendas líquidas nos primeiros nove meses do ano ascenderam a €2,5T, quando no mesmo período de 2020 se cifravam nos €1,7T.

Por regiões, todas as geografias registaram um crescimento de ativos em 2021, sendo de realçar a variação positiva de €4,5T nos EUA. A Europa e os EUA continuam a ser as regiões mais relevantes a nível mundial, representando um total superior a 80% dos ativos. A China cimentou a terceira posição na lista de regiões com mais ativos, depois do forte aumento registado em 2020, apresentando no terceiro trimestre de 2021 um crescimento de cerca de 44% face ao mesmo período do ano anterior.

No que diz respeito a fundos por tipo de ativo, os fundos de ações beneficiaram de um crescimento superior a 31% no terceiro trimestre face ao mesmo período de 2020. O balanço do período referido foi muito positivo, com o segmento de fundos de ações a representar cerca de 44% do total de fundos no terceiro trimestre do ano.

Os fundos de obrigações também registaram um crescimento do montante de ativos sob gestão nos últimos 12 meses, totalizando cerca de 19% do total de ativos no final do terceiro trimestre, um valor ligeiramente inferior ao mesmo período de 2020.

Os fundos de tesouraria (*money market*) não pararam de aumentar entre 2020 e 2021, apesar do crescente apetite por risco verificado no período. Estes fundos registaram um acréscimo de ativos no valor de \$400B (+6%), sendo de destacar o facto de apenas os EUA e a China registarem ganhos visíveis.

Os fundos mistos registaram um crescimento de quase 23% entre o terceiro trimestre de 2020 e o mesmo período de 2021, com todas as regiões a apresentarem ganhos significativos. Os fundos imobiliários, por seu lado, aumentaram cerca de 10% neste período, contudo, a sua importância em termos relativos foi significativamente reduzida este ano devido a um crescimento superior das restantes classes de ativos.

No período de 12 meses até final do terceiro trimestre de 2021 verificou-se um crescimento da quota de mercado dos fundos de ações em contrapartida do decréscimo dos fundos de obrigações e de tesouraria. Os restantes segmentos não alteraram significativamente o seu peso no total de ativos geridos. O crescimento ocorrido nos fundos de ações resultou, naturalmente, de um maior apetite por risco, dando continuidade ao movimento iniciado no primeiro trimestre de 2020.

INDÚSTRIA DE FUNDOS DE INVESTIMENTO NA EUROPA

Na distribuição mundial de fundos de investimento regulados, a Europa continua a ocupar uma posição muito relevante, embora tenha perdido importância relativa ao longo do último ano com uma redução de quota de mercado de 32,7% para 31,8%. Os ativos sob gestão nesta região ultrapassaram os €20T no final do terceiro trimestre de 2021.

O Luxemburgo continua a ser a praça de eleição para a generalidade dos investidores europeus, representando uma fatia de 27% do total desta região. Irlanda (18,2%), Alemanha (13%) e França (10,3%) são os domicílios que se seguem na tabela europeia. Estes países mantiveram quase inalterada a sua quota de mercado. Por contraste, o Reino Unido, apesar de manter o quinto lugar na tabela dos maiores domicílios de fundos europeus, viu a sua quota de mercado subir para 9,7%, invertendo a redução muito substancial ocorrida em 2020.

Nos primeiros nove meses deste ano a Europa registou um total de vendas líquidas de €630B, o que representa quase o dobro do mesmo período de 2020.

Por principais classes de ativos, os fundos de ações contam com €6,7T sob gestão, os fundos de obrigações com €4,4T, os fundos mistos com €4,2T e os fundos de tesouraria com €1,4T.

INDÚSTRIA DE FUNDOS DE INVESTIMENTO EM PORTUGAL

De acordo com o último relatório da CMVM sobre os indicadores mensais de fundos de investimento mobiliário, no final de 2021 o valor sob gestão dos fundos de investimento regulados totalizava cerca de €19,5B, mais €5,2B (35,9%) do que no mesmo período do ano anterior. Nos fundos de investimento alternativo (FIA), o valor ascendeu a €331,1M, apresentando um crescimento de 10,3% face aos €300,2M registados no final do ano anterior.

No último relatório disponível da EFAMA (setembro de 2021), os fundos de multiativos ocupam o primeiro lugar na lista de preferências dos investidores portugueses, com cerca de 40,2% do total dos ativos. Esta categoria reforçou a sua importância face ao mesmo período do ano passado, em contrapartida principalmente da redução dos fundos de obrigações.

As três maiores gestoras do mercado nacional representam aproximadamente 73,8% dos ativos totais sob gestão, registo que se manteve quase inalterado face ao final do ano passado, evidenciando uma estabilidade no mercado português de fundos de investimento.

Em linha com a estabilidade referida, a IMGA manteve a sua quota de mercado próximo dos 22%, consolidando a segunda posição na tabela de gestoras de fundos de investimentos mobiliários em Portugal.

Principais Iniciativas Legislativas de 2021



Principais iniciativas legislativas de 2021

A 28 de janeiro, a Autoridade de Supervisão Europeia (ESMA) remeteu à Comissão Europeia uma carta com a sua perspetiva sobre os principais desafios que o mercado enfrenta em matérias relacionadas com ESG, nomeadamente com a existência de requisitos regulatórios apropriados, assegurando a qualidade e fiabilidade dos produtos ESG.

A 4 de fevereiro, foi submetido, pelas Autoridades de Supervisão Europeia (ESMA, EBA e EIOPA) à Comissão Europeia, o projeto de *Regulatory Technical Standards* (RTS) que visa complementar o Regulamento 2019/2088, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de novembro de 2019, relativo à divulgação de informações relacionadas com a sustentabilidade no setor dos serviços financeiros.

A 25 de fevereiro, as Autoridades Europeias de Supervisão (EBA, ESMA e EIOPA - ESAs) emitiram um *statement* sobre a aplicação do Regulamento (UE) 2019/2088, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de novembro de 2019, relativo à divulgação de informações relacionadas com a sustentabilidade no setor dos serviços, financeiros (“SFDR”, ou *Sustainable Finance Disclosure Regulation*).

A 1 de março, as Autoridades de Supervisão Europeias (ESAs) divulgaram os relatórios finais individuais, na sequência do *Call for Advice* que a Comissão Europeia dirigiu, em 15 de Setembro de 2020, no âmbito do artigo 8.º do Regulamento da Taxonomia (Regulamento (UE) 2020/852, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 18 de Junho de 2020) sobre o desenvolvimento de “*Key Performance Indicators and Methodology on the disclosure of how and to what extent the activities of undertakings under the NFRD qualify as environmentally sustainable as per the EU Taxonomy*”.

A 10 de março, entrou em vigor o Regulamento (UE) 2019/2088, de 27 de novembro de 2019 (Regulamento da Informação sobre Desenvolvimento Sustentável ou, abreviadamente, SFDR), que estabelece deveres de informação no âmbito ESG. São estabelecidos três eixos principais: i) os deveres gerais de informação em matéria ESG; ii) os deveres especiais de informação sobre produtos ESG e iii) os ajustamentos necessários nas políticas societárias adotadas e designadamente na política de remunerações.

A 22 de março, foi publicado, em Jornal Oficial da União Europeia, o Regulamento Delegado (UE) 2021/473, da Comissão de 18 de dezembro de 2020, que completa o Regulamento (UE) 2019/1238, do Parlamento Europeu e do Conselho, no respeitante às normas técnicas de regulamentação que definem os requisitos aplicáveis aos documentos de informação, aos custos e às taxas incluídas no limite máximo dos custos e às técnicas de redução de risco do Produto Individual de Reforma Pan-Europeu (PEPP).

A 25 de março, foi aprovado na Assembleia da República a Proposta de Lei 66/XIV/2.ª que “*Altera matéria de benefícios fiscais e cria uma medida extraordinária de contagem de prazos no âmbito do IRC*” e que altera o n.º 3 do artigo 3.º do EBF, por forma a incluir o artigo 22.º-A.

A 29 de março, foi disponibilizado, no sítio da internet do Parlamento, o Decreto da Assembleia da República n.º 126/XIV, que “*Altera o Estatuto dos Benefícios Fiscais, o Código do Imposto do Selo, o Código Fiscal do Investimento, o Código do Imposto Sobre os Veículos e o Código do Imposto Único de Circulação e cria uma medida extraordinária de contagem de prazos no âmbito do IRC*”, o qual tem origem na Proposta de Lei 66/XIV/2.ª.

A 20 de abril foi publicada, em Diário da República, Série I, a Lei n.º 21/2021, de 20 de abril, que “*Altera o Estatuto dos Benefícios Fiscais, o Código do Imposto do Selo, o Código Fiscal do Investimento, o Código do Imposto sobre*

os Veículos e o Código do Imposto Único de Circulação e cria uma medida extraordinária de contagem de prazos no âmbito do IRC”. Este diploma incorpora, entre outros ajustamentos, uma alteração ao n.º 3 do artigo 3.º do EBF, por forma a incluir o artigo 22.º-A “Rendimentos pagos por organismos de investimento coletivo aos seus participantes” na lista de disposições, constantes das Partes II e III do EBF, relativamente às quais não se aplica o n.º 1 do artigo 3.º do mencionado Estatuto, que prevê que as normas vigorem durante um período de cinco anos.

A 21 de abril, foi divulgado que Comissão Europeia adotou um pacote de medidas no âmbito das Finanças Sustentáveis e da Taxonomia da EU, com o propósito de reorientar o fluxo de capitais para atividades sustentáveis e assegurar a neutralidade climática da Europa em 2050.

Esse pacote incluiu as seguintes iniciativas:

- A) Ato Delegado relativo ao Regulamento da Taxonomia da UE no domínio climático;
- B) Proposta de Diretiva relativa à comunicação por parte das Empresas de informação sobre sustentabilidade (CSRD); e,
- C) Propostas de revisão de seis (6) Atos Delegados relacionados com diversos dossiers legislativos (UCITS, AIFMD, IDD, MiFID II, Solvency II)

A 7 de maio, a Comissão Europeia submeteu a Consulta Pública o projeto de Regulamento Delegado que irá complementar o Regulamento da Taxonomia (Regulamento (UE) 2020/852, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 18 de junho de 2020), no que diz respeito à especificação do conteúdo e da apresentação de informação que terá que ser divulgada por empresas (financeiras e não financeiras).

A 28 de maio, foi publicada em Diário da República a Lei n.º 32/2021, de 27 de maio, que “Estabelece limitações à redação de cláusulas contratuais e prevê a criação de um sistema de controlo e prevenção de cláusulas abusivas, alterando o Decreto-Lei n.º 446/85, de 25 de outubro, que institui o regime jurídico das cláusulas contratuais gerais”.

A 14 de junho, o Conselho Nacional de Supervisores Nacionais (CNSF) submeteu a Consulta Pública o projeto de Recomendações sobre Gestão da Continuidade de Negócio.

A 15 de junho, foi publicado, em Jornal Oficial da União Europeia, o Regulamento de Execução (UE) 2021/955, da Comissão, de 27 de Maio de 2021, que estabelece as normas técnicas de execução para a aplicação do Regulamento (UE) 2019/1156 do Parlamento Europeu e do Conselho no que respeita aos formulários, modelos, procedimentos e disposições técnicas para as publicações e notificações de regras, taxas e encargos de comercialização e que especifica as informações a comunicar para a criação e manutenção da base de dados central sobre a comercialização transfronteiriça de FIA e de OICVM, bem como os formulários, modelos e procedimentos para a comunicação das referidas informações.

A 15 de julho, a Comissão Europeia adotou a proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho, que altera o Regulamento (UE) n.º 1286/2014 (Regulamento PRIIPs - *Packaged Retail and Insurance-based Investment Products*) “no que respeita à prorrogação do regime transitório aplicável às sociedades gestoras, sociedades de investimento e pessoas que prestam consultoria sobre unidades de participação em organismos de investimento coletivo em valores mobiliários (OICVM) e em não-OICVM, ou que as vendem”, passando a isenção a vigorar até 30 de junho de 2022 (ao invés de 31 de dezembro de 2021).

A 2 de agosto, foram publicados, em Jornal Oficial da União Europeia, os seguintes diplomas que introduzem alterações em alguns quadros legislativos sectoriais, nomeadamente na MiFID II (*Markets in Financial*

Instruments Directive II), UCITS (*Undertakings for Collective Investment in Transferable Securities Directive*), AIFMD (*Alternative Investment Fund Managers Directive*), entre outros:

- REGULAMENTO DELEGADO (UE) 2021/1253 DA COMISSÃO, de 21 de abril de 2021, que altera o Regulamento Delegado (UE) 2017/565 no que diz respeito à integração dos fatores, dos riscos e das preferências de sustentabilidade em determinados requisitos em matéria de organização e nas condições de exercício da atividade das empresas de investimento (aplicável a partir de 2 de agosto de 2022);
- REGULAMENTO DELEGADO (UE) 2021/1255 DA COMISSÃO, de 21 de abril de 2021, que altera o Regulamento Delegado (UE) n.º 231/2013 no que respeita aos riscos e fatores de sustentabilidade a ter em conta pelos gestores de fundos de investimento alternativos (aplicável a partir de 1 de agosto de 2022);
- DIRETIVA DELEGADA (UE) 2021/1270 DA COMISSÃO, de 21 de abril de 2021, que altera a Diretiva 2010/43/UE no que respeita aos riscos de sustentabilidade e aos fatores de sustentabilidade a ter em conta por parte dos organismos de investimento coletivo em valores mobiliários (OICVM) (carece de transposição, à qual deverá ocorrer até 31 de julho de 2022, devendo as medidas ser aplicadas a partir de 1 de agosto de 2022).

A 16 de agosto foi publicado, em Diário da República, 1.ª Série, o Decreto-Lei n.º 72/2021, de 16 de agosto que “*Procede à revisão do Regime Jurídico das Sociedades de Investimento Mobiliário para Fomento da Economia*”.

A 20 de agosto, a CMVM divulgou que, a partir de 23 de agosto de 2021, passava a adotar, no âmbito das suas competências de supervisão, as Orientações da ESMA relativas à supervisão e aferição do nível de limites de alavancagem, nos termos do artigo 25.º da Diretiva dos Gestores de Fundos de Investimento Alternativos.

A 22 de outubro, as Autoridades de Supervisão Europeia (ESAs) divulgaram o respetivo Relatório Final relativo ao projeto de *Regulatory Technical Standards* (RTS) respeitantes ao conteúdo e apresentação das divulgações previstas no n.º 4 do artigo 8.º, no n.º 6 do artigo 9.º e no n.º 5 do artigo 11.º do Regulamento (UE) 2019/2088 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de Novembro de 2019, relativo à divulgação de informações relacionadas com a sustentabilidade no setor dos serviços financeiros (comumente designado por Regulamento “SFDR”).

A 25 de novembro, a Comissão Europeia remeteu ao Parlamento e ao Conselho Europeus uma carta a informar que iria adiar, para 1 de janeiro de 2023, a aplicação do Ato Delegado que irá incorporar os 13 *Regulatory Technical Standards* (RTS) associados ao Regulamento (UE) 2019/2088 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de novembro de 2019, relativo à divulgação de informações relacionadas com a sustentabilidade no sector dos serviços financeiros (Regulamento SFDR).

A 9 de dezembro foram publicados, em Jornal Oficial da União Europeia, os seguintes Regulamentos Delegados que complementam a Taxonomia da UE:

- REGULAMENTO DELEGADO (UE) 2021/2139 DA COMISSÃO, de 4 de junho de 2021, que completa o Regulamento (UE) 2020/852 do Parlamento Europeu e do Conselho mediante o estabelecimento de critérios técnicos de avaliação para determinar em que condições uma atividade económica é qualificada como contribuindo substancialmente para a mitigação das alterações climáticas ou para a adaptação às alterações climáticas e estabelecer se essa atividade económica não prejudica significativamente o cumprimento de nenhum dos outros objetivos ambientais;

- REGULAMENTO DELEGADO (UE) 2021/2178 DA COMISSÃO, de 6 de julho de 2021, que complementa o Regulamento (UE) 2020/852 do Parlamento Europeu e do Conselho especificando o teor e a apresentação das informações a divulgar pelas empresas abrangidas pelos artigos 19.º-A ou 29.º-A da Diretiva 2013/34/UE relativamente às atividades económicas sustentáveis do ponto de vista ambiental, bem como a metodologia para dar cumprimento a essa obrigação de divulgação.

A 9 de dezembro foi ainda publicado, em Diário da República, 1.ª Série, o Decreto-Lei n.º 109-F/2021, de 9 de dezembro, que altera o Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo (RGOIC), procedendo à transposição, para o ordenamento jurídico nacional, dos seguintes diplomas europeus:

- Diretiva (UE) 2019/1160, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de junho de 2019, que altera as Diretivas 2009/65/CE e 2011/61/EU, no que diz respeito à distribuição transfronteiriça de Organismos de Investimento Coletivo; e
- Diretiva Delegada (UE) 2021/1270, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 21 de abril de 2021, que altera a Diretiva 2010/43/EU, no que respeita aos riscos de sustentabilidade e aos fatores de sustentabilidade a ter em conta por parte dos Organismos de Investimento Coletivo em Valores Mobiliários.

A 10 de dezembro, a CMVM submeteu a Consulta Pública, até ao dia 28 de fevereiro de 2022, o “Projeto de diploma do novo Regime da Gestão de Ativos” (Consulta Pública n.º 2/2021). O Projeto *“tem por base a revisão integral e transversal do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo (RGOIC) e do Regime Jurídico do Capital de Risco, Empreendedorismo Social e Investimento Especializado (RJCRESIE), e visa simplificar e conferir proporcionalidade à regulação do setor da gestão de ativos, por forma a fomentar a competitividade e o desenvolvimento do mercado, salvaguardando a proteção dos investidores”*.

A 31 de dezembro foi publicada, em Diário da República, 1.ª Série, a Lei n.º 99-A/2021, de 31 de dezembro, que procede à *“Alteração ao Código dos Valores Mobiliários, ao Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo, ao Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, ao Regime Jurídico da Supervisão de Auditoria, aos estatutos da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, ao Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas e a legislação conexas”*.

Principais Eventos de 2021



Principais eventos de 2021

CRIAÇÃO DA CATEGORIA R E INCLUSÃO DE NOVAS ENTIDADES COMERCIALIZADORAS

Em março foi aprovada pela CMVM a criação de uma nova categoria de unidade de participação (Categoria R) e a inclusão do Bison Bank, S.A. e do Banco Invest, S.A. como novas entidades comercializadoras.

Em abril foi aprovada pela CMVM a inclusão do Banco de Investimento Global, S.A. como nova entidade comercializadora das unidades de participação da categoria R do fundo IMGA Ações Portugal.

Em dezembro foi autorizada pela CMVM a inclusão do BEST – Banco Eletrónico de Serviço Total, SA, como entidade comercializadora da Categoria R dos fundos de investimento mobiliário geridos pela IMGA.

ATUALIZAÇÕES DOS DOCUMENTOS CONSTITUTIVOS DOS FUNDOS GERIDOS PELA SOCIEDADE

Em fevereiro foi concluído o processo da 1ª atualização anual dos Prospetos e dos documentos com as Informações Fundamentais destinadas aos Investidores (IFIs) de toda a oferta de fundos da IMGA.

Em março, com a entrada em vigor do Regulamento (EU) 2019/2088, do Parlamento Europeu e do Conselho (*Sustainability Finance Disclosure Regulation – SFDR*), os Prospetos dos fundos foram alterados para incorporarem as menções ao risco em matéria de sustentabilidade.

Em maio foi concluída a 2ª atualização anual obrigatória dos documentos constitutivos dos fundos, com a Taxa de Encargos Correntes (TEC) atualizada com referência ao ano de 2020.

Ao longo do ano de 2021 foram ainda efetuadas alterações relacionadas com a prorrogação das reduções da comissão de gestão, acomodando o enquadramento atual de taxas de juro em mínimos históricos e tendo sempre em conta a defesa do interesse dos participantes, bem como as alterações decorrentes das alterações dos Órgãos Sociais da IMGA.

PUBLICAÇÃO DOS RELATÓRIOS E CONTAS DOS FUNDOS GERIDOS PELA SOCIEDADE

A 30 de abril e 31 de agosto foram publicados no sítio da CMVM, respetivamente, os Relatórios e Contas anuais e semestrais dos fundos geridos pela IMGA.

IMGA MONEY MARKET USD – ALTERAÇÃO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTO

A 29 de janeiro, foi aprovada pela CMVM uma alteração à política de investimento do fundo IMGA Money Market USD, por forma a incorporar na sua política de investimento a possibilidade, já prevista na lei, de o Fundo poder investir até 100% em ativos emitidos ou garantidos numa única entidade, designadamente até 100% dos seus ativos em instrumentos de mercado monetário emitidos ou garantidos por governos soberanos de Estados-Membro da OCDE, entidades supranacionais e organizações supranacionais onde os Estados Unidos ou, pelo menos, um Estado-Membro da União Europeia participe.

IMGA LIQUIDEZ – ALTERAÇÃO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTO

Em maio foi aprovada pela CMVM uma alteração à política de investimento do fundo IMGA Liquidez, possibilitando o investimento em títulos de dívida subordinada, até um máximo de 5% do VLGF.

IMGA RETORNO GLOBAL – ALTERAÇÃO DE POLÍTICA DE INVESTIMENTO E DENOMINAÇÃO

Em dezembro foram aprovadas pela CMVM as alterações propostas para o fundo IMGA Retorno Global, nomeadamente a alteração da denominação para IMGA Alocação Defensiva e alteração da sua política de investimentos.

FUNDOS DE CAPITAL DE RISCO

No primeiro semestre do ano foram registados pela CMVM quatro novos Fundos de Capital de Risco da Sociedade, estando em fase de preparação a sua constituição.

FUNDOS PME

Foi aprovada pela CMVM a constituição de dois novos fundos - IMGA PME Flex (OIAVM) e IMGA PME Invest (FCR) - destinados ao investimento no segmento PME.

NOVOS ÓRGÃOS SOCIAIS

Foram aprovados pela CMVM os novos membros dos Órgãos Sociais (Conselho de Administração e Conselho Fiscal) da IMGA para o mandato 2021/2023.

Gestão de Risco em 2021



Gestão de Risco em 2021

A IMGA privilegia uma cultura de gestão de risco assente em princípios de rigor, profissionalismo e diligência, em que todos os Colaboradores são chamados a contribuir, tanto no âmbito específico do cumprimento das suas funções, como da sua postura face às obrigações regulamentares, éticas e profissionais aplicáveis.

O sistema de gestão de risco implementado na Sociedade tem por base princípios de gestão prudencial, simultaneamente com o propósito de garantir o cumprimento das obrigações legais e regulamentares em vigor.

A Política de Gestão de Riscos tem como objetivo dotar a IMGA de um sistema de gestão de riscos independente, adequado e proporcional à natureza, dimensão e complexidade das suas atividades, que permite identificar, avaliar, mitigar, acompanhar e controlar todos os riscos a que a Sociedade e os fundos de investimento por si geridos se encontram expostos. Neste âmbito, foi estabelecido um Quadro de Apetite ao Risco, com os respetivos limites de tolerância e alerta, afetação de capital interno, metodologia de avaliação e critérios de quantificação específicos, ajustados à realidade da empresa.

A IMGA dispõe de um Conselho de Administração (CA), um Órgão de Fiscalização (Conselho Fiscal), Comissões e Comitês de apoio e está organizada em Direções, Departamentos, Unidades e Áreas, as quais funcionam de forma autónoma, mas em linha com as orientações superiormente estabelecidas para cada atividade e função.

Esta estrutura permite distinguir três linhas de defesa no sistema de gestão de risco:

- A Comissão Executiva, órgão que detém o primeiro nível de decisão da IMGA, assegura juntamente com as Direções a primeira linha de defesa, exercendo a gestão diária dos vários riscos da atividade, implementando os mecanismos de controlo adequados à sua mitigação e identificando potenciais novos riscos.

- A segunda linha de defesa é assegurada pelas áreas de Gestão de Riscos e Compliance/AML da Unidade de Controlo e pelos Comitês de apoio, sendo os responsáveis pela avaliação, controlo e monitorização dos riscos quer da Sociedade quer dos fundos sob gestão, verificando igualmente a aplicação e o cumprimento das regras legais e internas.

- A terceira linha de defesa é atribuída às áreas de Auditoria Interna e Conselho Fiscal, a quem cabe a validação da implementação e da adequação dos controlos definidos, supervisionando a correta aplicação das políticas e procedimentos por parte dos intervenientes.

A IMGA dispõe de um conjunto de soluções informáticas que apoiam e asseguram a gestão e controlo dos riscos da Sociedade e do Património sob gestão, em coerência com as exigências regulamentares e legais e com o perfil de risco estrategicamente definido, sendo o acompanhamento dos riscos realizado mediante um processo sistematizado incluindo a produção de relatórios periódicos e tempestivos, com informação clara e fiável sobre as exposições às categorias de risco relevantes.

A Sociedade, enquanto gestora de Fundos do Mercado Monetário, dispõe de procedimentos de avaliação interna da qualidade de crédito dos instrumentos do mercado monetário e seus emitentes, tendo desenvolvido e implementado um modelo interno de rating focado em vários fatores desde a estrutura financeira, resultados e rentabilidade, liquidez, solidez do negócio, gestão e governo, entre outros, que aplica não apenas aos emitentes e instrumentos que integram fundos do mercado monetário, mas globalmente a todos os fundos geridos, de forma a definir limites internos de exposição.

Em 2021, além dos controlos sistemáticos e periódicos efetuados pela área de Gestão de Riscos, quer à Sociedade quer aos fundos por si geridos, e no âmbito da gestão de Fundos de Capital de Risco (já constituídos e outros já registados e em fase de subscrição) a IMGA desenvolveu e implementou mecanismos de controlo dos limites de atuação dos mesmos, bem como ajustou o seu modelo de rating interno às futuras necessidades nessa área de atividade.

No âmbito da gestão de risco de liquidez foram reforçados os mecanismos de controlo dos mesmos bem como o seu reporte.

Atividade Comercial em 2021



Atividade comercial em 2021

O mercado de fundos de investimento viveu em 2021 um ano favorável, após um ano extremamente difícil e volátil, em que os investidores procuraram sinais sobre o rumo da economia global. A distribuição das vacinas e o alívio dos confinamentos foram seguidos de uma recuperação económica, em que o surgimento de novas variantes poderia ter representado um revés para a recuperação. Apesar destes desafios, o produto interno bruto global cresceu, completando a transição da recuperação para a expansão e, eventualmente, ultrapassando o seu pico pré-pandemia em algumas geografias.

As ações globais tiveram performance positiva pelo terceiro ano consecutivo, impulsionadas por medidas de estímulo governamentais massivas e pela procura por parte dos consumidores. Vários índices mundiais relevantes registaram máximos históricos, uma vez que grande parte do mundo se libertou dos bloqueios da era da pandemia. No entanto os ganhos dos mercados foram por vezes moderados por preocupações com o aumento da inflação, as taxas de juro mais elevadas e a disseminação das variantes do coronavírus.

O setor de energia gerou os maiores retornos, subindo mais de 40%, à medida que os preços do petróleo recuperaram dos mínimos pandémicos de 2020. As ações das tecnologias de informação também registaram ganhos significativos de quase 30% em nomes conhecidos como Apple, Microsoft e NVIDIA. Todos os maiores setores beneficiaram de retornos positivos, no entanto, alguns tradicionalmente defensivos, incluindo as *utilities* e *consumer staples*, registaram um progresso significativamente inferior aos ganhos globais dos mercados.

No rendimento fixo as dívidas soberanas desvalorizaram face à subida da inflação. Os *treasuries* dos EUA perderam mais de 2%, enquanto as obrigações corporativas do segmento *investment-grade* caíram cerca de 1%. No final do ano, os bancos centrais de todo o mundo começaram a preparar medidas para apertar a política monetária, incluindo a Reserva Federal dos EUA, o Banco Central Europeu e o Banco de Inglaterra. Entretanto, as obrigações de *high-yield* e *inflation-protected* valorizaram-se.

Nos mercados cambiais, o dólar norte-americano ficou mais forte, sobretudo após a Reserva Federal ter indicado que iria subir as taxas de juro três vezes em 2022. Durante o ano, o dólar registou ganhos significativos face ao euro, ao iene e à maioria das outras moedas. Com este enquadramento, a boa performance dos fundos de investimento conseguiu ser um bom catalisador para o aumento nas subscrições de fundos. As rendibilidades foram globalmente positivas, registando-se apenas nos fundos de obrigações performances anuais marginalmente negativas na sua globalidade.

O volume de subscrições líquidas no mercado nacional foi muito significativo, €4.260M, que contrastam com os €1.478M de 2020, segundo a Associação Portuguesa de Fundos de Investimento, Pensões e Patrimónios (APFIPP).

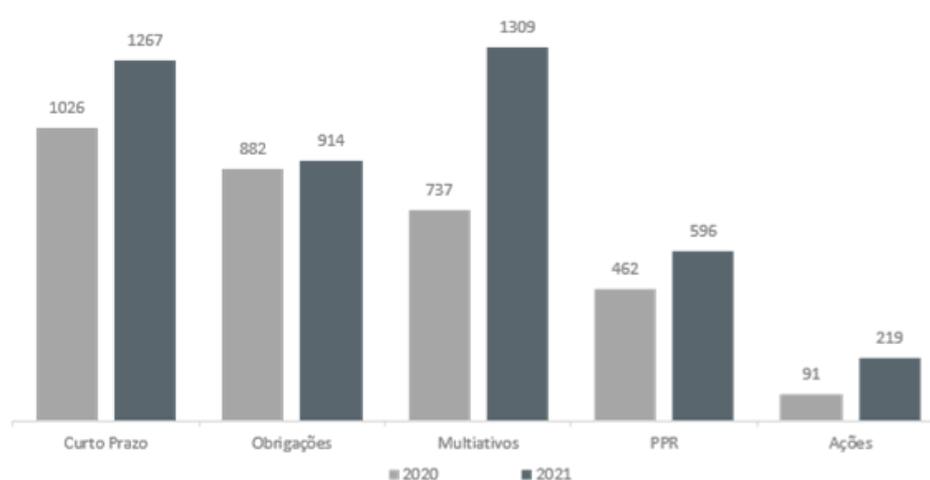
Neste contexto, a IMGA viu os seus ativos sob gestão aumentarem €992M no ano, representativos de uma quota de 23,3% do total de vendas líquidas no mercado nesse período. Acrescido do efeito da valorização da carteira dos Fundos, num total de €114M, verifica-se que os ativos sob gestão cresceram €1.106M em 2021, ficando assim em €4.306M e com uma quota de mercado de 21,7%.

A persistência de um quadro de taxas de juro baixas, ou mesmo negativas, no catálogo de oferta de produtos financeiros aos clientes bancários tem adicionado uma crescente procura pelos produtos fora do balanço, elegendo como destino favorável os fundos de investimento mobiliários que, com prazos de liquidação muito curtos e com comissões de resgate baixas ou nulas, têm alimentado a confiança dos investidores na persecução dos seus objetivos de retorno e baixo risco.

No decorrer de 2021, em dissonância com o mercado, as classes de ativos com maior ponderação nas vendas líquidas da IMGA foram os fundos Multiativos, seguidos dos fundos de Curto Prazo, fundos de Ações e fundos de Obrigações, produtos alternativos aos depósitos bancários, soluções financeiras de baixo risco (à exceção dos fundos de Ações) e boa rentabilidade.

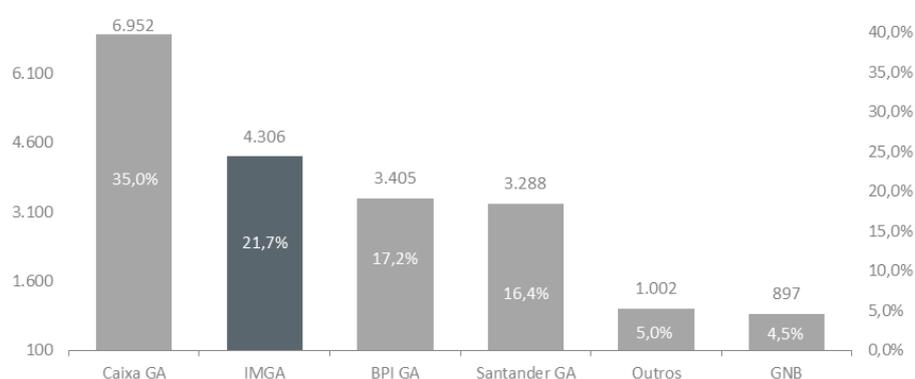
De uma forma geral, os investidores elegeram ainda os fundos multiativos, assim como os fundos de poupança reforma (PPR) como as soluções de investimento que mais se enquadravam ao seu nível de risco. O crescimento agregado desta classe de ativos no mercado foi de 48,5%, ou €3.859M, sendo a classe de ativos mais representativa em Portugal. O crescimento registado nesta tipologia de fundos pela IMGA foi de 58,2%, continuando ainda assim a ser a sua classe mais representativa.

ASG POR CLASSE DE FUNDOS (M.€)



Como resultado do crescimento das vendas registado em 2021, a IMGA manteve a segunda posição no ranking das Sociedades Gestoras Nacionais em volume de ativos sob gestão e consolidou a sua posição como a maior sociedade gestora independente.

QUOTAS DE MERCADO (%) E ASG (M.€)



ANÁLISE POR CATEGORIAS DE FUNDOS

FUNDOS MONETÁRIO E DE CURTO PRAZO

Em Portugal, os fundos monetários e de curto prazo apresentaram um acréscimo de ativos líquidos em 2021, num total de €169M, encerrando o ano com um valor aproximado total de €2,4B.

A diminuição da rentabilidade associada a esta classe de ativos foi fator determinante para o incremento marginal da mesma.

Não obstante a manutenção ou mesmo a diminuição dos ativos sob gestão nas restantes Sociedades Gestoras em Portugal, a IMGA contrariou esta tendência, registando um crescimento anual de 23,5% para um total de ativos sob gestão de aproximadamente €1,3B neste segmento.

Apesar do efeito negativo de mercado, esta categoria fechou o ano com vendas líquidas positivas de €243M. Para este desempenho foram fundamentais as vendas líquidas de €328M obtidas no fundo IMGA Liquidez, categorizado como fundo de curto prazo pela APFIPP.

No final de 2021 esta categoria representava aproximadamente 29,4% dos ativos sob gestão na IMGA.

FUNDOS IMGA	1 ANO			3 ANOS			5 ANOS		
	Rend. Anual.	Risco		Rend. Anual.	Risco		Rend. Anual.	Risco	
		Volatilidade	Classe		Volatilidade	Classe		Volatilidade	Classe
CA MONETÁRIO	-0,09%	0,01%	1	-0,03%	0,01%	1	-0,01%	0,01%	1
IMGA MONEY MARKET CAT A	-0,09%	0,02%	1	-0,04%	0,02%	1	-0,04%	0,02%	1
IMGA MONEY MARKET USD - CAT A	-0,07%	0,10%	1	-	-	-	-	-	-
CA CURTO PRAZO	-0,44%	0,15%	1	0,06%	0,83%	2	-0,19%	0,68%	2
IMGA LIQUIDEZ CAT A	-0,24%	0,31%	1	0,05%	0,43%	1	-0,05%	0,34%	1

Fonte: APFIPP a 31 de dezembro 2021

FUNDOS MULTIATIVOS E PPR

Em 2021, a categoria de fundos multiativos, incluindo os fundos PPR, registou um crescimento de 48% relativamente a 2020, ascendendo aos €11,8B, representando 59,5% dos fundos de investimento mobiliários em Portugal (54,5% em 2020).

A importância desta categoria de poupança a médio e longo prazo tem aumentado nos últimos anos, conseguindo conquistar a preferência dos portugueses como uma excelente alternativa de investimento.

No final do ano, o total de ativos sob gestão da IMGA em fundos multiativos, incluindo PPR, ascenderam a €1,9B, correspondendo a um crescimento anual de 59% e cerca de 45% do total de ativos sob gestão.

Para o volume de subscrições registado nesta classe de fundos foram determinantes as rendibilidades alcançadas ao longo do ano, as quais, à exceção do IMGA Retorno Global e do EuroBic Seleção TOP, foram significativamente positivas.

As vendas líquidas registaram um acumulado de €598M e um efeito de mercado de €109M, fechando 2021 com um saldo positivo de €707M.

FUNDOS IMGA	1 ANO			3 ANOS			5 ANOS		
	Rend. Anual.	Risco		Rend. Anual.	Risco		Rend. Anual.	Risco	
		Volatilidade	Classe		Volatilidade	Classe		Volatilidade	Classe
IMGA ALOCAÇÃO CONSERVADORA CAT A	5,73%	3,94%	3	5,03%	6,88%	4	2,35%	5,68%	4
IMGA ALOCAÇÃO MODERADA CAT A	10,83%	5,50%	4	7,89%	9,74%	4	3,67%	8,31%	4
IMGA ALOCAÇÃO DINÂMICA CAT A	15,90%	7,75%	4	11,84%	14,50%	5	5,66%	12,56%	5
IMGA FLEXÍVEL CAT A	2,41%	3,42%	3	3,73%	6,82%	4	1,30%	5,63%	4
IMGA POUPANÇA PPR CAT A	5,50%	3,86%	3	4,84%	6,92%	4	2,20%	5,70%	4
IMGA INVESTIMENTO PPR CAT A	10,34%	5,44%	4	7,51%	9,80%	4	3,39%	8,34%	4
EUROBIC PPR/OICVM Ciclo Vida -34	8,70%	5,62%	4	6,59%	8,90%	4	-	-	-
EUROBIC PPR/OICVM Ciclo Vida -35-44	7,95%	5,06%	4	5,97%	8,25%	4	-	-	-
EUROBIC PPR/OICVM Ciclo Vida -45-54	4,06%	3,47%	3	4,19%	6,15%	4	-	-	-
EUROBIC PPR/OICVM Ciclo Vida +55	0,40%	2,21%	3	2,09%	4,65%	3	-	-	-
EUROBIC SELEÇÃO TOP	-0,49%	2,27%	3	0,08%	4,21%	3	-	-	-

Fonte: APFIPP a 31 de dezembro 2021

FUNDOS DE AÇÕES

Os fundos desta categoria de maior risco obtiveram em 2021 um destaque especial, por força da recuperação significativa das rendibilidades perdidas em consequência do efeito económico devastador da pandemia.

As performances nas diversas subclasses não foram uniformes pelas diversas regiões do globo, destacando-se positivamente os fundos com matriz na América do Norte e os fundos com gestão global.

O crescimento em termos de ativos sob gestão foi na ordem dos 81% face ao ano de 2020, o que representa perto €1,5B nesta categoria de fundos. Os ativos em fundos geridos em Portugal são agora de €3,3B e representam 16,9% do total dos fundos de investimento mobiliários geridos pelas sociedades associadas da APFIPP.

Na IMGa, esta classe de fundos atingiu um total de €219M, representando 5% do total dos ativos sob gestão da Sociedade.

No final de 2021 os fundos enquadrados nesta classe apresentaram, à exceção do IMGa European Equities, vendas líquidas positivas, que totalizaram €98M.

O apetite por maiores níveis de risco por parte dos investidores terá sido o principal responsável pelo acréscimo, assim como a utilização do IMGa Ações Portugal como investimento elegível para a Autorização de Residência para Atividade de Investimento (Golden Visa), o qual contou com subscrições de mais de duas centenas e meia de novos participantes, das mais variadas geografias, num total de €83M de vendas líquidas.

FUNDOS IMGa	1 ANO			3 ANOS			5 ANOS		
	Rend. Anual.	Risco		Rend. Anual.	Risco		Rend. Anual.	Risco	
		Volatilidade	Classe		Volatilidade	Classe		Volatilidade	Classe
IMGa AÇÕES AMÉRICA CAT A	34,72%	12,24%	5	23,54%	17,91%	6	14,15%	16,24%	6
IMGa AÇÕES PORTUGAL CAT A	21,62%	13,98%	5	6,35%	22,46%	6	5,31%	19,21%	6
IMGa EUROPEAN EQUITIES CAT A	26,27%	12,41%	5	11,86%	19,86%	6	5,57%	16,98%	6
IMGa GLOBAL EQUITIES SELECTION CAT A	33,45%	10,98%	5	20,48%	17,26%	6	11,37%	15,29%	6
IMGa IBERIA EQUITIES ESG CAT A	9,65%	13,58%	5	2,29%	22,31%	6	-	-	-

Fonte: APFIPP a 31 de dezembro 2021

FUNDOS DE OBRIGAÇÕES

A categoria de fundos de investimento de obrigações registou um crescimento residual dos ativos sob gestão em 2021, quando comparado com as restantes classes.

A variação anual nesta categoria cifrou-se nos €130M, tendo sido a categoria com menor crescimento (5,9%), elevando o montante final de 2021 para os €2,3B ou 11,7% do total dos fundos de investimento mobiliários portugueses.

As *yields* globais terminaram o ano geralmente mais altas e mais acentuadas do que no início. As taxas de juro do Tesouro dos EUA, por exemplo, subiram em toda a linha, com aumentos maiores ao longo das porções intermédias da curva. As obrigações de longo prazo apresentaram geralmente um desempenho inferior às obrigações de curto prazo, com os *Treasuries* a regressarem a 1,7%.

Na IMGA, o efeito de mercado negativo em €4,1M, acrescido de subscrições líquidas de €36M, elevou o valor dos ativos sob gestão deste segmento em final de 2021 para €914M, o que representa 21.2% do valor dos ativos sob gestão da Sociedade e um decréscimo relativo face aos 28% registados em 2020.

FUNDOS IMGA	1 ANO			3 ANOS			5 ANOS		
	Rend. Anual.	Risco		Rend. Anual.	Risco		Rend. Anual.	Risco	
		Volatilidade	Classe		Volatilidade	Classe		Volatilidade	Classe
IMGA EURO TAXA VARIÁVEL CAT A	-0,21%	0,40%	1	0,72%	1,62%	2	0,07%	1,32%	2
CA RENDIMENTO	-0,43%	0,54%	2	0,63%	2,23%	3	0,06%	1,81%	2
IMGA RENDIMENTO MAIS	-0,32%	1,30%	2	1,03%	3,15%	3	0,47%	2,53%	3
IMGA IBERIA FIXED INCOME ESG CAT A	-1,53%	1,59%	2	1,36%	4,64%	3	-	-	-
IMGA RETORNO GLOBAL	-0,54%	1,50%	2	2,02%	4,92%	3	0,81%	3,89%	3
IMGA RENDIMENTO SEMESTRAL CAT A	-0,27%	0,76%	2	0,99%	2,47%	3	0,33%	1,97%	2
IMGA DÍVIDA PÚBLICA EUROPEIA CAT A	-4,42%	2,68%	3	1,88%	3,98%	3	0,73%	3,27%	3

Fonte: APFIPP a 31 de dezembro 2021

Desempenho Financeiro em 2021



Desempenho financeiro em 2021

EVOLUÇÃO DOS ATIVOS SOB GESTÃO E COMISSÕES

Os fundos mobiliários sob gestão atingiram o montante de €4.305,1M em 31 de dezembro de 2021, o que representa um aumento aproximado de 35% relativamente ao período homólogo de 2020 (€3.199,3M).

Quadro 1 – Evolução dos ativos sob gestão

	2021	2020	VARIÇÃO 2021/20	
			Montante	%
FUNDOS MOBILIÁRIOS	4 305,1	3 199,3	1 105,9	34,6%
Subscrições	5 215,1	2 377,2	2 837,9	119,4%
Resgates	1 218,5	964,0	254,5	26,4%

UNIDADE: MILHÕES DE EUROS

Evidencia-se o aumento de 119% em subscrições de unidades de participação, tendo os resgates registado um aumento de 26% relativamente a 2020.

Por tipologia de fundos de investimento mobiliário geridos pela IMGA, destaca-se o crescimento dos fundos de ações como a classe com o maior crescimento relativo em 2021 (139%), seguindo-se os fundos de multiativos (77%), que representaram mais de metade do crescimento no ano.

Em valor absoluto, merecem também destaque os fundos de curto prazo, com um aumento de €241M dos ativos sob gestão face a 2020.

Quadro 2 – Evolução dos ativos sob gestão por tipologia de fundos

	2021	2020	VARIÇÃO 2021/20	
			Montante	%
POR TIPOLOGIA DE FUNDOS				
Obrigações	914,2	882,4	31,8	3,6%
Ações	218,9	91,4	127,5	139,4%
Multiativos	1 308,4	737,3	571,1	77,5%
PPR	596,4	462,0	134,4	29,1%
Curto Prazo	1 267,3	1 026,2	241,1	23,5%
TOTAL	4 305,1	3 199,3	1 105,8	34,6%

UNIDADE: MILHÕES DE EUROS

A IMGA tem consistentemente registado um resultado positivo nas transferências de fundos PPR entre as diferentes sociedades gestoras nacionais, apresentando novamente um saldo líquido positivo em 2021, conforme espelhado no quadro 3.

Quadro 3 – Transferência de Fundos PPR

	2021	2020	VARIACÃO	
			2021 vs 2020	
- De Outras Instituições	1,65	0,87	0,78	
- Para Outras Instituições	-0,58	-0,37	-0,21	
SALDO TRANSFERÊNCIAS	1,07	0,50	0,57	

UNIDADE: MILHÕES DE EUROS

As comissões de gestão cobradas pela Sociedade aos Fundos, em conformidade com o definido nos regulamentos e divulgado nos seus documentos constitutivos (Prospeto e IFI - Informações Fundamentais destinadas aos Investidores), aumentaram globalmente 4% relativamente ao ano anterior, destacando-se o crescimento na generalidade dos distribuidores (BCP, CCCAM e EuroBIC) e o recurso a três novos distribuidores: Bison, Banco Invest e BIG.

Quadro 4 – Comissões de gestão

	2021	2020	VARIACÃO 2021/20	
			Montante	%
COMISSÕES DE GESTÃO	9 109,2	8 729,4	379,8	4%

UNIDADE: MILHARES DE EUROS

Em 2021 e 2020, em conformidade com os termos contratualmente definidos, foram registadas em “Outras” as comissões de comercialização referentes ao desempenho dos distribuidores.

Quadro 5 – Comissões de comercialização

	2021	2020	VARIACÃO
Comercialização	0,0	0,0	0,0
Outras	1 060,1	719,2	341,0
TOTAL COMISSÕES	1 060,1	719,2	341,0

UNIDADE: MILHARES DE EUROS

Em 31 de dezembro de 2021 o Resultado Líquido ascendeu a €1,87M, que compara com €1,86M no período homólogo do ano anterior, evidenciando um acréscimo de 0,6%.

De referir que em 2021 os gastos com pessoal apresentaram um montante idêntico ao exercício anterior, enquanto os gastos gerais administrativos registaram um acréscimo de €109.900 (6,7%), relativamente a 2020.

O Resultado Operacional atingiu o valor de €2,51M, registando uma variação negativa de 1,8% face ao ano anterior, em que ascendeu a €2,56M. Em 2021, como referido, quer o volume de fundos mobiliários sob gestão, quer as comissões, registaram acréscimos relevantes, de 35% e 4%, respetivamente.

Quadro 6 – Fundos de Capital de Risco

	Data de Registo	Duração (anos)	Capital Autorizado	Capital Realizado	
FUNDOS			1 251		
MONDEGO INVEST - Fundo de Capital de Risco	26/06/2020	10	50	Em colocação	
CHC - Hotels & Resorts FCR	26/06/2020	8	750	Em colocação	a)
CAPITALVES SIFIDE - Fundo de Capital de Risco	18/12/2020	10	10,73	Totalmente colocado	b)
PVCM Private Equity Fund	10/02/2021	8	20	Em colocação	
SILVER DOMUS - Vida Sénior Assistida - FCR	10/02/2021	10	120	Em colocação	
ALMOND TREE Private Equity Fund	28/01/2021	10	50	Em colocação	
IMGA PME INVEST, FCR	29/12/2021	7	250	Em colocação	

UNIDADE: MILHÕES DE EUROS

a) O fundo alterou o nome de FCR Actus - Venture Capital Fund para CHC - Hotels & Resorts FCR e tem agora um capital autorizado de €750M.

b) Em dezembro de 2021 realizou-se o aumento de capital do Fundo no montante total de € 6.725.000,00, mediante a emissão de novas unidades de participação, subscritas pelos Participantes.

No âmbito da atividade de gestão de Fundos de Capital de Risco, iniciada no final de 2020, a IMGA realizou o aumento de capital de um fundo já constituído e avançou com o processo de constituição de mais 4 fundos, cujas colocações serão realizadas durante o ano de 2022.

QUADRO DE COLABORADORES

Em 2021, face ao ano anterior, o quadro de pessoal da IMGA registou o aumento líquido de uma pessoa (quatro entradas e três saídas) totalizando 39 colaboradores à data de 31 de dezembro.

Perspetivas para o triénio 2022/24



Perspetivas para o triénio 2022/24

O ano de 2021 pode ser visto como um ano de transição, ainda afetado pela crise pandémica, mas em que se deram passos decisivos no sentido da fase seguinte, em que o vírus SARS-CoV-2 se converte em endemia ou até se extingue.

As perspetivas para o próximo triénio são construtivas. Por um lado, a retoma permanece incompleta em vários blocos económicos, em particular nos mais afetados pela situação pandémica e mais atrasados no processo de vacinação e de reabertura das respetivas economias. Por outro lado, apesar do processo de normalização em curso, as políticas económicas permanecem amplamente expansionistas, o que deverá continuar a suportar a dinâmica económica global.

Este cenário pressupõe uma retração dos riscos pandémicos, possibilitada pelo progresso na vacinação e pela identificação de fármacos que contribuam para minimizar a vulnerabilidade da população à doença e, consequentemente, reduzir a pressão nos sistemas de saúde. A evolução para uma endemia seria determinante para a perceção de risco dos agentes económicos e para reduzir a probabilidade de reintrodução de restrições à mobilidade e de medidas de prevenção sanitária, que continuam a comprometer a integral recuperação económica.

Deste modo, a expectativa para 2022 é de um abrandamento do ritmo de crescimento económico global, mas ainda num patamar em que a generalidade dos principais blocos crescerá acima do seu ritmo potencial e em plena convergência para a trajetória de crescimento pré-pandémico. Este processo será consistente com uma menor sincronização do ciclo económico, atendendo aos distintos níveis de cobertura de vacinação, de suporte da política económica, às diferenciadas abordagens de resposta a surtos pandémicos assim como ao impacto díspar das disrupções temporárias das cadeias de fornecimento à escala global.

A projeção da OCDE aponta a um crescimento de 4,5% da economia mundial em 2022, o que corresponde a um abrandamento face aos 5,6% de crescimento estimado para 2021. O restabelecimento de níveis de inventários deverá permitir uma retoma da atividade industrial e garantir um impulso do ritmo de atividade ao longo dos próximos trimestres. Por outro lado, os níveis de poupança excedentários e as expectativas de recuperação do mercado laboral suportarão o consumo privado.

O ritmo de crescimento dos EUA deverá conhecer uma moderação em 2022. Após uma expansão esperada de 5,5% em 2021, a OCDE projeta um crescimento do PIB real de 3,7% em 2022 e uma posterior convergência para o ritmo de crescimento potencial da economia, com a respetiva projeção para 2023 a fixar-se em 2,4%.

As perspetivas para a Área do Euro sofreram revisões em alta ao longo de 2021, fruto do sucesso do processo de vacinação e da reabertura da economia a partir do segundo trimestre do ano. Não obstante, a nova vaga de infeções no derradeiro trimestre motivou a reintrodução de restrições à mobilidade, o que condicionará o perfil de crescimento entre o final de 2021 e o início de 2022. Assim, a uma expansão do PIB real próxima de 5% em 2021 deverá seguir-se um abrandamento do ritmo de crescimento para 4,3% e 2,5% em 2022 e em 2023, respetivamente, amplamente superior ao ritmo de crescimento potencial da economia (pouco superior a 1%). O destaque pela positiva incide maioritariamente nas economias periféricas (Portugal, Espanha e Grécia) e na reaceleração da Alemanha (assente na normalização das disrupções nas cadeias de fornecimento globais).

De acordo com as principais estimativas institucionais, a economia portuguesa deverá registar um crescimento em torno de 5,8% em 2022. A retoma será liderada pelas rubricas de procura doméstica, vislumbrando-se acelerações, quer do consumo privado, quer do investimento, com este último a beneficiar da absorção dos

fundos comunitários. O contributo das exportações líquidas de importações para o crescimento do PIB deverá reforçar-se em 2022, refletindo a recuperação no setor do turismo. Quer o Banco de Portugal, quer a OCDE, projetam um crescimento do PIB real próximo de 3% em 2023.

A economia do Reino Unido deverá atingir o nível de atividade pré-pandémico no início de 2022, mesmo após uma expansão próxima de 7% em 2021. As projeções da OCDE contabilizam um crescimento do PIB real britânico de 4,7% em 2022 e de 2,1% em 2023, tendo como principais impulsionadores a recuperação do consumo privado e o crescimento do investimento.

Depois de suplantar o nível pré-Covid ainda em 2020 e de atingir um crescimento anual do PIB próximo de 8% em 2021, é consensual a expectativa de abrandamento expressivo da economia chinesa em 2022. Mais especificamente, a abordagem restritiva à identificação de surtos pandémicos, a abordagem orçamental e de concessão de crédito mais restritiva, a trajetória de arrefecimento do setor imobiliário e a postura mais intervencionista do Partido Comunista Chinês em matéria regulamentar sobre setores-chave da economia são temáticas que pressionaram o crescimento da China em 2021 e que poderão continuar a condicionar o ritmo de crescimento em 2022 e em 2023. Por outro lado, este é um processo que sofrerá de uma gestão ativa pelas autoridades chinesas, que privilegiam no médio prazo um crescimento estável assente no consumo privado, menores desigualdades sociais e um foco no progresso tecnológico, mas que poderão implementar medidas direcionadas de estabilização do ciclo económico em caso de um abrandamento mais pronunciado do que o pretendido.

A evolução da inflação foi uma das temáticas mais debatidas ao longo de 2021 e deverá permanecer em foco ao longo de 2022. É expectável que a generalidade das pressões inflacionistas de carácter temporário se dissipe ao longo do primeiro semestre de 2022 e que tal contribua para uma retração da inflação ao longo dos próximos dois anos. Entre estas, destaque para o acréscimo verificado no preço das matérias-primas, no preço dos bens de produção afetados pelas disrupções nas cadeias de abastecimento e a estabilização dos preços nos setores mais relacionados com o processo de reabertura das economias. Esta trajetória deverá mais do que compensar os potenciais acréscimos inflacionistas relacionados com o aumento antecipado dos salários, com a subida das expectativas inflacionistas de médio-prazo e com a pressão inflacionista proveniente do setor imobiliário.

De acordo com as projeções da OCDE, o nível de inflação deverá permanecer em níveis superiores aos do enquadramento pré-pandémico e em vários blocos acima do objetivo dos respetivos bancos centrais. Mais especificamente, após uma forte aceleração do nível médio de preços em 2021 nos EUA, no Canadá e no Reino Unido, e mesmo perante um abrandamento das pressões inflacionistas em 2022, a média anual da inflação no ano deverá permanecer entre 3,3% e 4,4% nestes países.

A inflação subjacente deverá permanecer abaixo do objetivo do banco central na Área do Euro e no Japão. Entre as principais economias emergentes, as pressões inflacionistas na Argentina, Brasil, México, Rússia e Turquia deverão permanecer durante mais algum tempo, mas será expectável que as políticas monetárias mais restritivas contribuam para limitar a sua evolução, particularmente no segundo semestre de 2022.

Face ao enquadramento descrito, a evolução da política económica à escala global será um produto dos desenvolvimentos económicos em 2021 e das perspetivas para 2022 e 2023, principalmente no que se refere à temática inflacionista. Efetivamente, perante a maior proximidade dos níveis de atividade comparativamente ao cenário pré-pandemia seria expectável uma progressiva normalização das políticas orçamental e monetária. Contudo, o fenómeno inflacionista mais duradouro e expressivo do que o esperado implicou um início de reversão prematuro dos estímulos implementados.

Com foco na política monetária, os bancos centrais das economias emergentes lideraram este processo de normalização das respetivas políticas, em virtude de uma combinação de maior sensibilidade inflacionista, menor

credibilidade e consequente menor margem de manobra comparativamente aos bancos centrais das economias desenvolvidas.

Por outro lado, se a retórica dos principais bancos centrais (principalmente da Fed e do Banco Central de Inglaterra) até ao terceiro trimestre de 2021 foi de uma postura paciente, uma vez que as pressões inflacionistas eram vistas como “transitórias”, os últimos meses do ano foram marcados por uma alteração de postura, que incluiu o anúncio de término antecipado do programa de compras pela Fed e a antecipação de múltiplas subidas de taxas diretoras em 2022 e em 2023 e uma subida de taxas diretoras pelo Banco Central de Inglaterra ainda em 2021. Importa ainda assim salientar que os ajustamentos em perspetiva constituem apenas uma normalização parcial das suas políticas monetárias, o que significa um enquadramento ainda amplamente expansionista.

Apesar das menores pressões inflacionistas na Área do Euro, também o Banco Central Europeu (BCE) anunciou ajustes na sua política monetária. O término das compras de ativos ao abrigo do PEPP (programa anunciado no âmbito da pandemia) ocorrerá em março de 2022 e vários membros do banco central assumem a possibilidade de subidas de taxas diretoras em 2023.

As políticas orçamentais tornar-se-ão igualmente menos expansionistas nos próximos anos, comparativamente a 2020 e a 2021, fruto da menor urgência pandémica. Neste âmbito destaque para os EUA, onde apesar da aprovação do plano de infraestruturas e mesmo caso a agenda social do Partido Democrata seja promulgada, se assistirá a um impulso orçamental negativo em 2022 e em 2023.

Na Europa o impacto da política orçamental poderá ser apenas marginal. As regras de disciplina orçamental encontram-se atualmente suspensas e serão ajustadas para acomodar os níveis acrescidos de dívida pública acumulados durante o período pandémico, o que permitirá um período de convergência progressiva para os princípios de disciplina orçamental. Nota ainda para o contributo decisivo do programa Next Generation EU, que alavancará o investimento na região ao longo dos próximos três anos.

Em suma, antecipa-se que o suporte das políticas monetária e orçamental seja menos favorável para o enquadramento de crescimento económico global, mas a sua natureza permanecerá acomodatória.

O cenário traçado não é, no entanto, desprovido de riscos e esses riscos para 2022 assentam em três vertentes principais: a evolução da pandemia, da inflação e a das políticas monetárias. Cada um destes riscos poderá colocar em causa a retoma económica em curso.

Sobre os riscos relacionados com a evolução da pandemia, prendem-se com o impacto económico de variantes mais infecciosas e potencialmente mais virulentas que comprometam a eficácia das vacinas e adiem o processo de reabertura definitiva das economias.

Em segundo lugar, um fenómeno inflacionista mais pronunciado e prolongado significa um potencial acréscimo das expectativas inflacionistas que alimentaria riscos de uma espiral inflacionista, o que, mesmo na presença de um aumento dos salários, poderia implicar perdas dos rendimentos reais no curto prazo. A concretização, mesmo que parcial, deste risco implicaria necessariamente uma postura mais agressiva dos bancos centrais, o que acarreta riscos de reversão abrupta das suas políticas monetárias e que produziria implicações económicas e financeiras negativas. Mesmo na ausência de surpresas inflacionistas significativas existe, ainda assim, a possibilidade de os bancos centrais assumirem uma postura mais agressiva do que o esperado, o que alimenta riscos de *policy mistake*.

Globalmente, considera-se que as projeções macroeconómicas são favoráveis ao desempenho das classes de risco, embora se antecipe um acréscimo de volatilidade em 2022.

Em 2020, os estímulos orçamentais e monetários sem precedentes evitaram o colapso financeiro e foram determinantes no suporte ao processo de recuperação económica. Mais próximo do final desse ano, o anúncio das vacinas para a COVID e a sua posterior distribuição e inoculação em larga escala contribuíram decisivamente para o apetite pelo risco dos investidores e para a performance dos mercados financeiros ao longo do ano de 2021.

A remoção, ainda que parcial, dos estímulos monetários implementados no contexto pandémico deverá originar uma pressão ascendente nas taxas de juro de referência dos EUA e da Alemanha e, como tal, significar uma elevada probabilidade de rendibilidades negativas no segmento de dívida governamental, quer nos EUA, quer na Europa em 2022. Os principais riscos identificados para 2022 poderão servir de travão para subidas muito expressivas, sendo também de destacar o excesso de liquidez como fator para uma procura crescente à medida que as taxas subam, limitando assim movimentos muito agressivos.

Os *spreads* de crédito encontram-se em níveis relativamente estreitos, não obstante o alargamento verificado no final de 2021. Se, por um lado, os fundamentais empresariais se encontram sólidos, com taxas de incumprimento historicamente baixas, níveis expressivos de margens e de resultados e oferta de novas emissões inexpressiva face à procura, por outro, existe o risco de subidas de taxas de juro originarem um alargamento de *spreads*, particularmente no segmento de melhor qualidade creditícia. O segmento de *high yield*, beneficiário de um *carry* ainda atrativo e menos sensível a flutuações das taxas de juro, deverá entregar rendibilidades positivas em 2022. Nota para a atratividade da dívida de mercados emergentes em matéria de valorizações, embora este universo possa mostrar-se vulnerável à retirada de estímulos pelos bancos centrais das economias desenvolvidas.

Também o mercado acionista beneficia de fundamentais robustos, em particular do forte crescimento das receitas e dos lucros, um enquadramento que se deverá manter em 2022 em virtude das perspetivas favoráveis para o crescimento económico global. A rendibilidade esperada para os mercados acionistas estará ainda assim condicionada pela evolução dos múltiplos de mercado, especialmente num ambiente de subidas de taxas de juro e de remoção de estímulos. Não obstante, embora numa ótica absoluta as valorizações da classe estejam onerosas, esta conclusão atenua-se quando considerado o rendimento implícito no rendimento fixo, o que posiciona as ações, pela via do *earnings-yield gap*, em níveis normalizados em matéria de valorização relativa.

Um tema adicional a ter em consideração são potenciais subidas de impostos, principalmente nos EUA e no Reino Unido, e o seu impacto nos lucros empresariais.

Remunerações pagas a Colaboradores e Órgãos Sociais da Sociedade em 2021



Remunerações pagas a Colaboradores e Órgãos Sociais da Sociedade em 2021

Em cumprimento do estipulado pelo n.º 2 do art.º 161.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo (RGOIC), apresenta-se de seguida o montante total das remunerações pagas pela entidade responsável pela gestão aos seus colaboradores e o montante agregado da remuneração dos órgãos de gestão e fiscalização (valores em euros):

REMUNERAÇÃO DO EXERCÍCIO DE 2021			
ÓRGÃOS DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO	RENDIMENTO FIXO	RENDIMENTO VARIÁVEL	NÚMERO A 31/12/2021
COMISSÃO EXECUTIVA			
Presidente e Administradores	257.751	131.479	3
Administradores independentes	15.000	-	1
CONSELHO FISCAL			
Presidente e vogais	15.750	-	3
COLABORADORES			
Colaboradores	1.765.031	214.975	37

Nos termos da Lei e conforme previsto no n.º 1 do art.º 21º dos Estatutos, o modelo de fiscalização da Sociedade compreende ainda um Revisor Oficial de Contas, ou uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, que não seja membro do Conselho Fiscal, a quem foram pagos €10.332 pelos serviços durante o ano de 2021.

Sem prejuízo da competência do Conselho Fiscal e do Revisor Oficial de Contas, ou da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, conforme previsto no n.º 1 do art.º 22º dos Estatutos, a Assembleia Geral designou um auditor externo para a verificação das contas da Sociedade, cujos serviços prestados representaram um encargo total de €25.830.

Em 2021 foi ainda pago o montante de €65.665 referente a indemnizações, por cessação de contrato de trabalho.

Proposta de Aplicação de Resultados de 2021



Proposta de aplicação de resultados de 2021

Nos termos da alínea f) do n.º 5 do art.º 66 e para os efeitos previstos na alínea b) do n.º 1 do art.º 376, ambos do Código das Sociedades Comerciais, encontrando-se cumpridos os requisitos legais e estatutários de capital, o Conselho de Administração da IM Gestão de Ativos - Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A. propõe que o resultado líquido de imposto relativo ao exercício de 2021, no valor de €1.868.517,73 (um milhão, oitocentos e sessenta e oito mil, quinhentos e dezassete euros e setenta e três cêntimos) seja integrado na rubrica de “Reservas Livres”.

Estrutura e Práticas do Governo Societário



Estrutura e práticas do governo societário

ÓRGÃOS SOCIAIS E ESTRUTURAS INTERNAS

De acordo com as melhores práticas internacionais e os princípios adotados no Grupo CIMD, a Sociedade tem implementada uma estrutura de governo societário com todos os recursos e meios necessários ao cabal desempenho das respetivas funções, visando a promoção de uma gestão sã e prudente, assente numa efetiva segregação de funções e linhas de reporte direto claramente definidas.

A Sociedade adota como modelo de administração um Conselho de Administração e como modelo de fiscalização um Conselho Fiscal e um revisor oficial de contas, ou uma sociedade de revisores oficiais de contas, que não seja membro do Conselho Fiscal.

Os membros dos Órgãos Sociais são eleitos pela Assembleia Geral, para mandatos de três anos, sendo o mandato em curso válido para o triénio 2021/2023.

A Assembleia Geral é composta por um Presidente e um Secretário e delibera nos assuntos sobre os quais especificamente a Lei e os Estatutos lhe atribuem competência quanto a questões fundamentais, como sejam a eleição de órgãos sociais, alterações ao contrato de sociedade e aprovação do Relatório de Gestão do Conselho de Administração, do Balanço e das Contas, bem como da Proposta de aplicação de resultados.

O Conselho de Administração é composto por cinco membros, incluindo um membro independente, reunindo pelo menos uma vez por mês, com vista à prossecução dos interesses gerais da Sociedade, bem como a assegurar a gestão corrente dos negócios, o que delegou numa Comissão Executiva.

A Comissão Executiva é composta por três membros, um Presidente e dois Administradores, sendo diretamente responsável pela atividade diária das diferentes Direções que compõem a Sociedade, para o que estão devidamente definidos os respetivos pelouros.

Concretamente ao Presidente da Comissão Executiva estão estatutariamente atribuídas competências de prestação de informação aos demais membros do Conselho de Administração, relativamente à atividade e às deliberações da Comissão Executiva, de que coordena as atividades, velando pela execução das deliberações.

A fiscalização dos negócios da Sociedade é exercida por um Conselho Fiscal e um Revisor Oficial de Contas, ambos eleitos pela Assembleia Geral, a quem é assegurado o acesso regular à informação necessária ao adequado exercício das suas funções. Complementarmente, a Assembleia Geral designou ainda um auditor externo para verificação das contas da Sociedade.

Faz ainda parte da estrutura interna uma Comissão de Remunerações, composta por dois Administradores não executivos e o Presidente do Conselho Fiscal, nomeados em Assembleia Geral, com competências de assessoria interna em matéria relativa à Política de Remunerações dos Órgãos Sociais.

É regularmente avaliada a adequação dos membros dos órgãos de administração e fiscalização para o exercício das suas respetivas funções, preenchendo os requisitos legais para o efeito, incluindo a verificação dos requisitos da sua necessária independência onde aplicável.

ESTRUTURA ACIONISTA DA IMGA

Desde maio de 2015 a IMGA é detida na sua totalidade pelo Grupo CIMD, um dos maiores grupos independentes nos mercados financeiros e de energia da Península Ibérica, que presta serviços de intermediação, consultoria, gestão, titularização e energia, destinados maioritariamente a clientes institucionais.

ESTRUTURA SOCIETÁRIA DO GRUPO CIMD

A CIMD, S.A. detém as 9 sociedades funcionais que constituem o Grupo, das quais oito são detidas a 100% e uma a 70%, a IM Titulización, sendo o restante capital desta sociedade detido pelos seus colaboradores.

A atual estrutura societária do Grupo em Espanha é composta pela CIMD SV, IM SA, IM Gestión, W2M, IM Valores SV, IM Valora e IM Titulización, complementada pela CIMD (Dubai) Ltd e a IM Gestão de Ativos em Portugal.

ESTRUTURA ACIONISTA DO GRUPO CIMD

O Grupo mantém ao longo dos anos uma significativa estabilidade da sua estrutura acionista, sendo que 39,2% do capital é detido pelos seus quadros diretivos. A restante participação é detida por entidades financeiras de relevância internacional, onde se destacam a TP ICAP (21,5%), o Banco de Crédito Cooperativo (9,8%), o BBVA (9,2%), o Grupo Crédito Agrícola (8,7%), o Santander (5,8%) e a iberCaja (5,8%).

Nota Final



Nota Final

Num contexto ainda pandémico, a IMGA reforçou o investimento em meios e recursos de acordo com o Plano Estratégico definido, evidenciando que, mesmo em situações adversas, se encontra preparada e com a necessária qualificação e capacitação para continuar a garantir o crescimento sustentado da atividade.

Pela resiliência e diferenciadora dedicação ao trabalho realizado, o Conselho de Administração quer expressar o seu agradecimento e reconhecimento a todos os que contribuíram para o desenvolvimento da Sociedade, nomeadamente:

Aos Bancos Depositários e Entidades Comercializadoras dos fundos, pela forma diligente e profissional como têm desempenhado as suas funções;

Aos Fornecedores, prestadores de serviços e parceiros de negócio, pela colaboração prestada ao longo do exercício;

Aos membros do Conselho Fiscal e ao Revisor Oficial de Contas, pelo acompanhamento e pronta colaboração prestada;

Às Entidades de Supervisão, pela colaboração e disponibilidade;

Aos Participantes dos fundos, pela confiança manifestada.

Uma palavra de agradecimento especial a todos os Colaboradores pelo elevado profissionalismo e excepcional dedicação demonstrados em mais um ano tão desafiante e que foram decisivos para os bons resultados alcançados.

Lisboa, 23 de fevereiro de 2022

O Conselho de Administração

Iñigo Trincado Boville

Emanuel Guilherme Louro da Silva

Ana Rita Soares de Oliveira Gomes Viana

Mário Dúlio de Oliveira Negrão

João Pedro Guimarães Gonçalves Pereira

Anexos

- DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E NOTAS ANEXAS
- RELATÓRIO DE AUDITORIA
- CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS
- RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL
- RESPONSABILIDADE CORPORATIVA: DESEMPENHO AMBIENTAL 2019



gestão de ativos
sgoic

**DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
E NOTAS ANEXAS**

2021

(página intencionalmente em branco)

IM Gestão de Ativos - Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A.
Demonstração dos Resultados e do Outro Rendimento Integral para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Montantes expressos em Euros)

	Notas	2021	2020
Rendimentos de serviços e comissões	2	9 109 203	8 729 425
Gastos com serviços e comissões	2	(1 060 147)	(719 152)
Resultados de reavaliação cambial (líquido)		(77)	2 055
Resultados de alienação de outros ativos		-	-
Gastos com pessoal	5	(3 213 201)	(3 214 637)
Gastos gerais administrativos	6	(1 762 062)	(1 652 172)
Depreciações e amortizações	7	(508 446)	(501 894)
Outros resultados de exploração	4	(53 311)	(84 587)
Resultado Operacional		2 511 960	2 559 039
Juros e rendimentos similares	3	2 376	174
Juros e gastos similares	3	(11 055)	(18 013)
Resultado antes de impostos		2 503 281	2 541 200
Impostos sobre os lucros			
<i>Impostos correntes</i>	13	(581 774)	(630 000)
<i>Impostos diferidos</i>	13	(52 988)	(52 988)
Resultado líquido do exercício		1 868 518	1 858 212
Outro rendimento integral			
<i>Rendimento integral do exercício</i>		1 868 518	1 858 212
Resultado por ação		1 8685	1 8582

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

IM Gestão de Ativos - Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A.
 Demonstração da Posição Financeira dos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
 (Montantes expressos em Euros)

	Notas	31-12-2021 Valor líquido de provisões, imparidade e amortizações	31-12-2020 Valor líquido de provisões, imparidade e amortizações
ATIVO			
Ativo Corrente			
<i>Caixa e disponibilidades em bancos centrais</i>	8	930	953
<i>Disponibilidades em outras instituições de crédito</i>	9	4 496 198	4 160 042
<i>Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados</i>	10	72 635	64 769
<i>Outros ativos</i>	14	1 169 022	1 073 444
Total Ativo Corrente		5 738 785	5 299 207
Ativo Não Corrente			
<i>Outros ativos tangíveis</i>	11	631 638	940 911
<i>Ativos intangíveis</i>	12	2 017 633	2 148 731
<i>Ativos por impostos diferidos</i>	13	6 727	59 716
<i>Outros ativos</i>	14	200 154	131 705
Total Ativo Não Corrente		2 856 152	3 281 062
TOTAL DO ATIVO		8 594 937	8 580 269
PASSIVO			
Passivo Corrente			
<i>Passivos por impostos correntes</i>	13	87 048	310 834
<i>Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado</i>	15	199 913	500 210
<i>Outros passivos</i>	16	2 108 313	1 765 554
Total Passivo Corrente		2 395 274	2 576 599
Passivo Não Corrente			
<i>Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado</i>	15	38 886	38 886
<i>Outros passivos</i>	16	396 632	217 981
Total Passivo Não Corrente		435 518	256 867
TOTAL DO PASSIVO		2 830 792	2 833 466
CAPITAIS PRÓPRIOS			
<i>Capital</i>	17	1 000 000	1 000 000
<i>Outras reservas e resultados transitados</i>	18 e 19	2 895 627	2 888 591
<i>Resultado do exercício</i>		1 868 518	1 858 212
Total dos Capitais Próprios		5 764 145	5 746 803
Total do Passivo e dos Capitais Próprios		8 594 937	8 580 269

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

IM Gestão de Ativos - Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A.

Demonstração das alterações dos capitais próprios nos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Montantes expressos em Euros)

Notas	Capital	Reservas legais e estatutárias	Reservas livres e resultados acumulados	Resultados líquidos Do período	Total dos Capitais próprios
Saldos em 31 de dezembro de 2019	1 000 000	1 000 001	2 157 171	1 232 273	5 389 444
<i>Resultados transitados</i>	-	-	1 232 273	(1 232 273)	-
<i>Distribuição de reservas</i>	-	-	(1 500 000)	-	(1 500 000)
<i>Ajustamentos IFRS 16</i>	-	-	(853)	-	(853)
<i>Resultado líquido do exercício</i>	-	-	-	1 858 212	1 858 212
Saldos em 31 de dezembro de 2020	1 000 000	1 000 001	1 888 590	1 858 212	5 746 803
<i>Resultados transitados</i>	-	-	1 858 212	(1 858 212)	-
<i>Distribuição de reservas</i>	18 e 19	-	(1 850 000)	-	(1 850 000)
<i>Ajustamentos IFRS 16</i>	-	-	(1 176)	-	(1 176)
<i>Resultado líquido do exercício</i>	-	-	-	1 868 518	1 868 518
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1 000 000	1 000 001	1 895 626	1 868 518	5 764 145

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

IM Gestão de Ativos - Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A.

Demonstração dos Fluxos de Caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Montantes expressos em Euros)

	Notas	2021	2020
Fluxos de caixa de atividades operacionais			
<i>Juros recebidos</i>		-	174
<i>Comissões recebidas</i>		9 356 648	9 796 160
<i>Pagamento de juros</i>		-	(6)
<i>Pagamento de comissões</i>		(741 768)	(964 249)
<i>Pagamento a colaboradores</i>		(1 541 516)	(1 421 545)
<i>Pagamento a fornecedores</i>		(2 393 416)	(2 299 240)
<i>Outros recebimentos / (pagamentos)</i>		(1 386 133)	(1 497 645)
		3 293 816	3 613 650
<i>Impostos sobre o rendimento (pagos) / recebidos</i>		(791 910)	(350 327)
		2 501 905	3 263 323
Fluxos de caixa de atividades de investimento			
<i>Aquisições / (alienação) de investimentos financeiros</i>		(7 442)	(1 288)
<i>Aplicações em Instituições de crédito</i>		-	(18)
		(7 442)	(1 306)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento			
<i>Pagamento de dividendos</i>		(1 850 000)	(1 500 000)
<i>Pagamentos de locação</i>		(308 329)	(308 212)
		(2 158 329)	(1 808 212)
<i>Varição líquida em caixa e seus equivalentes</i>		336 134	1 453 804
<i>Caixa e seus equivalentes no início do período</i>		4 160 995	2 707 190
<i>Caixa e seus equivalentes no fim do exercício</i>	8 e 9	4 497 128	4 160 995

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

IM GESTÃO DE ATIVOS - SOCIEDADE GESTORA DE ORGANISMOS DE INVESTIMENTO COLETIVO, S.A.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 DE DEZEMBRO DE 2021

Nota Introdutória

A IM Gestão de Ativos – Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, SA (a “Sociedade”, ou “IMGA”) foi constituída por escritura pública em 14 de abril de 1989 e tem como objeto social a administração, em representação dos participantes e no interesse exclusivo destes, de um ou mais fundos de investimento mobiliário ou imobiliário e, em geral, o exercício de todas as atividades consentidas por lei às sociedades gestoras de organismos de investimento coletivo, nos termos da legislação portuguesa, nomeadamente a Lei nº 16/2015 de 24 de fevereiro e o Regulamento nº 2/2015 de 17 de julho da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários.

A Sociedade esteve na esfera do Grupo BCP entre 1991 e 2015, quando o Grupo CIMD adquiriu a totalidade do seu capital social.

Em 27 de abril de 2015, o Banco de Portugal deliberou não deduzir oposição à aquisição da totalidade do capital social da Millennium bcp Gestão de Activos – Sociedade Gestora de Fundos de Investimentos, SA, pelo Grupo CIMD, tendo a transação sido formalizada em 18 de maio de 2015. De referir que no âmbito deste acordo o BCP continua a comercializar os Fundos de Investimento geridos pela Sociedade, dos quais é um dos depositários.

Na sequência da aquisição da Sociedade a sua denominação social foi alterada para IM Gestão de Ativos – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, SA.

Os Fundos passaram a ser geridos diretamente pela IMGA, tendo a sociedade gestora, para o efeito, reforçado os seus meios técnicos e humanos.

A partir de 1 de outubro de 2017 a Sociedade passou a gerir os 8 Fundos de Investimento Mobiliário anteriormente geridos pelo Grupo Crédito Agrícola.

A 27 de dezembro de 2019 foi aprovada pela Assembleia Geral a alteração da denominação social da Sociedade, de modo a adotar a expressão “Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo” ou a abreviatura “SGOIC”, para cumprimento do Decreto-Lei nº 144/2019, de 23 de setembro. A firma da Sociedade foi assim alterada para IM Gestão de Ativos - Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, SA.

Em 31 de dezembro de 2021, os fundos mobiliários geridos pela Sociedade são os seguintes:

Fundos de Investimento Mobiliário (Fundos Abertos)	Data de Constituição
Fundos de Curto Prazo	
<i>CA Monetário</i>	6 de outubro de 2008
<i>CA Curto Prazo</i>	1 de abril de 2016
<i>IMGA Money Market</i>	4 de agosto de 2010
<i>IMGA Money Market USD</i>	29 de setembro de 2020
<i>IMGA Liquidez</i>	6 de abril de 2010
Fundos de Obrigações	
<i>IMGA Dívida Pública Europeia</i>	22 de julho de 2013
<i>IMGA Euro Taxa Variável</i>	23 de maio de 2011
<i>IMGA Iberia Fixed Income ESG</i>	2 de fevereiro de 2017
<i>IMGA Retorno Global</i>	24 de julho de 2007
<i>IMGA Rendimento Mais</i>	19 de julho de 2005
<i>IMGA Rendimento Semestral</i>	1 de julho de 1996
<i>CA Rendimento</i>	20 de junho de 1994
Fundos Multiativos	
<i>IMGA Alocação Conservadora</i>	14 de agosto de 1995
<i>IMGA Alocação Dinâmica</i>	14 de agosto de 1995
<i>IMGA Alocação Moderada</i>	14 de agosto de 1995
<i>IMGA Flexível</i>	22 de junho de 1998
<i>EUROBIC Seleção TOP</i>	1 de outubro 2018
Fundos de Ações	
<i>IMGA Ações América</i>	17 de janeiro de 2000
<i>IMGA Ações Portugal</i>	20 de julho de 1995
<i>IMGA European Equities</i>	19 de março de 1990
<i>IMGA Global Equities Selection</i>	11 de março de 2004
<i>IMGA Iberia Equities ESG</i>	2 de fevereiro de 2017
<i>IMGA Mercados Emergentes</i>	15 de janeiro de 1990
Fundos de Poupança Reforma Harmonizados	
<i>IMGA Poupança PPR/OICVM</i>	5 de maio de 2003
<i>IMGA Investimento PPR/OICVM</i>	11 de janeiro de 2006
<i>EUROBIC PPR/OICVM Ciclo de Vida +55</i>	14 de outubro de 2018
<i>EUROBIC PPR/OICVM Ciclo de Vida 45 -54</i>	15 de outubro de 2018
<i>EUROBIC PPR/OICVM Ciclo de Vida 35 -44</i>	17 de outubro de 2018
<i>EUROBIC PPR/OICVM Ciclo de Vida -34</i>	18 de outubro de 2018

O Fundo IMGA Retorno Global alterou a sua denominação para IMGA Alocação Defensiva a 25 de janeiro de 2022.

No âmbito da expansão das suas atividades, em 2020 foram constituídos dois Fundos de Capital de Risco, sendo que em 31 de dezembro de 2021, os fundos dessa categoria geridos pela IMGA são os seguintes:

Fundos de Capital de Risco	Data de Constituição
Capitalves Sifide – Fundo de Capital de Risco	31 de dezembro de 2020
Mondego Invest - Fundo de Capital de Risco	02 de dezembro de 2020

Nota 1 - Políticas Contabilísticas

a) Bases de apresentação

As demonstrações financeiras da Sociedade são preparadas no pressuposto da continuidade das operações e de acordo com as *International Accounting Standards/International Financial Reporting Standards* (IAS/IFRS), no âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Regulamento da CMVM n.º 3/2020, que clarifica o regime contabilístico aplicável às Sociedades Gestoras de Organismos de Investimento Coletivo (SGOIC), após a sua cessão à sujeição ao RGICSF (Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras) decorrente da transferência, do Banco de Portugal para a CMVM, das competências de supervisão prudencial sobre as SGOIC, operada pelo Decreto-Lei n.º 144/2019, que concentrou, na CMVM, a supervisão prudencial e comportamental das SGOIC.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as IFRS requer que o Conselho de Administração formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos ativos, passivos, rendimentos e gastos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros fatores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos, cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

As demonstrações financeiras agora apresentadas são expressas em euros e foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 23 de fevereiro de 2022, sendo integradas nas contas do Grupo CIMD, entidade que detém a totalidade do capital social da Sociedade.

b) Alterações de políticas contabilísticas

Em 2021 não ocorreram alterações de políticas contabilísticas.

c) Instrumentos financeiros

A Sociedade mensurou a maior parte dos ativos financeiros e os passivos de locação ao custo amortizado.

O custo amortizado é a quantia pela qual o ativo financeiro ou o passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial deduzida dos reembolsos de capital, acrescida ou deduzida da amortização acumulada usando o método do juro efetivo de qualquer diferença entre essa quantia inicial e a quantia à data do vencimento, e, para os ativos financeiros, ajustada por eventuais imparidades para perdas.

A taxa de juro efetiva é a que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados ao longo da duração esperada do ativo financeiro ou do passivo financeiro à quantia escriturada bruta de um ativo financeiro ou ao custo amortizado de um passivo financeiro. Ao calcular a taxa de juro efetiva, foram estimados os fluxos de caixa esperados considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro, mas não consideradas as perdas de crédito esperadas. O cálculo inclui todas as comissões e pontos pagos ou recebidos entre as partes do contrato que são parte integrante da taxa de juro efetiva, os custos de transação, e todos os outros prémios ou descontos.

A IMGGA reduz a quantia escriturada dos ativos financeiros quando não mensurados ao justo valor, sempre que não tem expectativas razoáveis da sua recuperação na totalidade ou em parte, pelo que foram ponderadas as imparidades destes ativos através de um modelo de antecipação de “perda esperada”, independentemente de esta ter sido ou não já incorrida, considerando essas perdas por uma quantia igual às perdas de crédito esperadas ao longo da respetiva duração se o risco de crédito associado a esse instrumento financeiro tiver aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

A Sociedade mensurou também alguns ativos financeiros pelo justo valor através dos resultados. Na mensuração inicial destes ativos não foram considerados os custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição ou à emissão do ativo financeiro. Na mensuração subsequente, a IMGGA procede à substituição da quantia escriturada pelo justo valor no final de cada período de relato, reconhecendo os ganhos e perdas daí resultantes na demonstração dos resultados.

No reconhecimento inicial as “contas a receber comerciais” que não têm uma importante componente de financiamento são mensuradas pelo seu preço de transação (tal como definido na IFRS 15).

d) Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros, ativos e passivos, mensurados ao custo amortizado, são reconhecidos nas rubricas de juros e rendimentos similares ou juros e gastos similares (margem financeira), pelo método da taxa de juro efetiva.

A taxa de juro efetiva corresponde à taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro (ou, quando apropriado, por um período mais curto) para o valor líquido atual de balanço do ativo ou passivo financeiro.

Para a determinação da taxa de juro efetiva, a Sociedade procede à estimativa dos fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando eventuais perdas por imparidade. O cálculo inclui as comissões pagas ou recebidas consideradas como parte integrante da taxa de juro efetiva, gastos de transação e todos os prémios ou descontos diretamente relacionados com a transação.

e) Reconhecimento de rendimentos resultantes de serviços e comissões

Os rendimentos resultantes de serviços e comissões são reconhecidos de acordo com os seguintes critérios:

- quando são obtidos à medida que os serviços são prestados, o seu reconhecimento em resultados é efetuado no período a que respeitam;
- quando resultam de uma prestação de serviços, o seu reconhecimento é efetuado quando o referido serviço está concluído.

f) Outros ativos tangíveis

Os outros ativos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade. Os gastos subsequentes são reconhecidos como um ativo separado apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Sociedade. As despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo à medida que são incorridas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

As depreciações são calculadas pelo método das quotas constantes, de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada:

	Número de Anos
Equipamento	4 a 12
Outras imobilizações	3
Ativos sob direito de uso - Imóveis	5 e 7
Ativos sob direito de uso – Eq. Transporte	4 e 5

Sempre que exista uma indicação de que um ativo fixo tangível possa ter imparidade, é efetuada uma estimativa do seu valor recuperável, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido desse ativo exceda o valor recuperável.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu justo valor deduzido de encargos de venda e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados futuros que se espera vir a obter com o uso continuado do ativo e da sua alienação no final da vida útil.

As perdas por imparidade de ativos fixos tangíveis são reconhecidas em resultados do exercício.

g) Ativos intangíveis

Os Ativos intangíveis adquiridos são registados ao custo deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas. As amortizações são reconhecidas numa base sistemática/linear durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis.

A Sociedade efetua as respetivas amortizações de acordo com o método das quotas constantes tendo por base a sua vida útil, conforme IAS 38 – Ativos intangíveis, como se segue:

	Vida Útil
Projetos de desenvolvimento / programas de computador	3 anos
Direitos adquiridos a título oneroso	20 anos

h) Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em outras instituições de crédito.

i) Offsetting

Os ativos e passivos financeiros são compensados e reconhecidos pelo seu valor líquido em balanço quando a Sociedade tem um direito legal de compensar os valores reconhecidos e as transações podem ser liquidadas pelo seu valor líquido.

j) Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor na data de balanço. As diferenças cambiais resultantes da conversão são reconhecidas em resultados.

k) Benefícios dos empregados

Os benefícios dos empregados incluem benefícios a curto prazo, tais como salários e contribuições para a segurança social, licenças pagas, remuneração variável, seguros de vida e de saúde.

l) Imposto sobre lucros

A Sociedade está sujeita ao regime estabelecido no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC). Adicionalmente são registados impostos diferidos resultantes das diferenças temporárias entre os resultados contabilísticos e os resultados fiscalmente aceites para efeitos de tributação em IRC sempre que haja uma probabilidade razoável de que tais impostos venham a ser pagos ou recuperados no futuro.

Os impostos sobre lucros registados em resultados incluem o efeito dos impostos correntes e impostos diferidos. O imposto é reconhecido na demonstração dos resultados, exceto quando relacionado com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios.

Os impostos correntes correspondem ao valor esperado a pagar sobre o rendimento tributável do exercício, utilizando a taxa de imposto em vigor ou substancialmente aprovada pelas autoridades à data de balanço e quaisquer ajustamentos aos impostos de exercícios anteriores.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço e que se espera que venham a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos quando é provável a existência de lucros tributáveis futuros que absorvam as diferenças temporárias dedutíveis para efeitos fiscais (incluindo prejuízos fiscais reportáveis).

A Sociedade compensa ativos por impostos correntes e passivos por impostos correntes quando tem o direito de compensar as quantias reconhecidas e pretende liquidar o imposto numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar simultaneamente o passivo. A Sociedade compensa ativos por impostos diferidos e passivos por impostos diferidos quando tem o direito de compensar ativos por impostos correntes contra passivos por impostos correntes e os ativos e passivos por impostos diferidos relacionam-se com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal.

m) Determinação dos impostos

Para determinar o montante global de impostos sobre os lucros foi necessário efetuar determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação dos impostos a pagar é incerta durante o ciclo normal de negócios.

Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

Em Portugal, a Autoridade Tributária tem a atribuição de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pela Sociedade, durante um período de quatro anos nos exercícios em que é apurado um lucro e não existem reportes de prejuízos fiscais.

Desta forma, eventuais correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal poderão ocorrer. No entanto, é convicção do Conselho de Administração da Sociedade, de que não haverá correções significativas aos impostos sobre os lucros registados nas demonstrações financeiras.

Nota 2 - Rendimentos e gastos com serviços e comissões

O valor desta rubrica é composto por:

	2021	2020
	Euros	Euros
Rendimentos com serviços e comissões		
<i>Comissões de gestão de fundos mobiliários e FCR</i>	9 109 203	8 729 425
	9 109 203	8 729 425
Gastos com serviços e comissões		
<i>Comissões de utilização de redes</i>	1 047 272	712 445
<i>Outras comissões</i>	12 875	6 706
	1 060 147	719 152
	8 049 056	8 010 274

Em 31 de dezembro de 2021, a rubrica “Rendimentos com serviços e comissões – Comissões de gestão de fundos mobiliários e FCR” refere-se a comissões de gestão cobradas pela Sociedade, no âmbito do contrato de prestação de serviços de gestão dos fundos de investimento mobiliários e dos fundos de capital de risco geridos pela IMGA (em 2020 apenas registava as comissões de gestão relativas aos fundos mobiliários, dado que os fundos de capital de risco foram constituídos no final desse ano).

A rubrica “Gastos com serviços e comissões - Comissões de utilização de redes” regista, em 2021 e 2020, a comissão de comercialização variável referente ao Millennium bcp.

A rubrica “Outras comissões” inclui o montante de Euros 12.875 (2020: Euros 6.706) relativo a comissões bancárias e comissões com garantias bancárias.

Nota 3 – Juros, rendimentos e gastos similares

Esta rubrica é composta pelos seguintes valores:

	2021	2020
	Euros	Euros
Juros e rendimentos similares		
<i>Juros de depósitos e outras aplicações</i>	-	174
<i>Outros juros</i>	2 376	-
	2 376	174
Juros e gastos similares		
<i>Juros de passivos de locação</i>	(11 055)	(18 013)
	(11 055)	(18 013)

No exercício de 2021, na rubrica “Outros juros” foram contabilizados juros moratórios e compensatórios liquidados pela Autoridade Tributária na sequência de decisão arbitral favorável à IMGA relativa à anulação de tributações autónomas incluídas no IRC de 2016.

Em 2020 a rubrica “Juros de depósitos e outras aplicações” inclui os juros de depósitos à ordem e a prazo que a Sociedade obteve.

Os “Juros e gastos similares” registam os juros relativos aos contratos de locação (IFRS 16).

Nota 4 - Outros resultados de exploração

O valor desta rubrica é composto por:

	2021	2020
	Euros	Euros
Rendimentos		
<i>Outros rendimentos de exploração</i>	58 478	22 114
	58 478	22 114
Gastos		
<i>Impostos</i>	57 269	33 610
<i>Quotizações</i>	16 918	11 628
<i>Donativos</i>	24 500	23 750
<i>Outros gastos de exploração</i>	13 101	37 713
	111 788	106 701
	(53 311)	(84 587)

Nos exercícios de 2021 e 2020, a rubrica de “Rendimentos” associada aos “Outros rendimentos de exploração”, no montante de Euros 58.478 e 22.114, respetivamente, resulta maioritariamente de ganhos relativos a exercícios anteriores: em 2021 foi registado o desreconhecimento de remunerações variáveis de um colaborador cujo vínculo com a IMGGA cessou nesse ano, no valor de Euros 33.208, e a devolução pela Autoridade Tributária do montante de Euros 13.650 relativo à anulação de tributações autónomas do IRC 2016, na sequência de decisão arbitral favorável à IMGGA. Esta rubrica regista, também, as eventuais valorizações mensais do Fundo de Compensação do Trabalho, no valor de Euros 10.916 (2020: Euros 14.857).

Em “Quotizações” encontram-se registadas as quotas pagas à APFIPP – Associação Portuguesa de Fundos de Investimento, Pensões e Patrimónios e à APCRI – Associação Portuguesa de Capital de Risco (esta última desde maio de 2021), enquanto na rubrica “Donativos” são contabilizados os apoios da IMGGA a diversas instituições gestoras de projetos sociais, no âmbito do “Dia Solidário” da IMGGA e do Grupo CIMD.

A rubrica de “Impostos” regista, maioritariamente, em 2021 e 2020 o Imposto de Selo referente à comissão de comercialização variável do Millennium bcp.

Em 2021 os “Outros gastos de exploração” incluem, principalmente: (i) o montante de Euros 2.500 (2020: Euros 19.871) que respeita a gastos incorridos pela Sociedade resultante de erros operacionais no âmbito da gestão dos fundos geridos; (ii) Euros 950 relativos a gastos de exercícios anteriores (2020: Euros 2.309) e (iii) Euros 8.993 respeitantes a eventuais desvalorizações mensais do Fundo de Compensação do Trabalho (2020: Euros 15.490).

Nota 5 - Gastos com pessoal

A rubrica “Gastos com pessoal” é decomposta do seguinte modo:

	2021	2020
	Euros	Euros
Remunerações	2 491 633	2 549 366
Encargos sociais obrigatórios	484 379	503 257
Encargos sociais facultativos	171 523	159 514
Indemnizações contratuais	65 666	2 500
	3 213 201	3 214 637

Em 2021 foram pagos Euros 15.000 ao administrador independente da Sociedade e Euros 15.750 aos membros do Conselho Fiscal, conforme aprovado em Assembleia Geral.

Durante o exercício de 2021 a rubrica de “Indemnizações Contratuais” regista o montante de Euros 65.666 referente a indemnizações por cessações de contrato de trabalho por comum acordo.

Em 2021 a rubrica “Encargos sociais facultativos” inclui também o montante de Euros 17.984 referente a Formação do pessoal (Euros 12.317 em 2020). O aumento dessa rubrica relativamente a 2021 deveu-se, também, a gastos associados ao plano de contingência da Covid -19, designadamente encargos com testes laboratoriais, no valor de Euros 8.927 (2020: Euros 6.492) e apoio às refeições dos colaboradores da IMGGA, no montante de Euros 74.380 (2020: Euros 56.837), situação que também já tinha ocorrido em 2020.

O número médio de colaboradores ao serviço, nos exercícios de 2021 e 2020, distribuído por grandes categorias profissionais, foi o seguinte:

	2021	2020
Comissão Executiva	3	2
Administrador Independente	1	1
Direção	5	7
Específicas / Técnicas	31	28
	40	38

Nota 6 - Gastos gerais administrativos

A composição desta rubrica é a seguinte:

	2021	2020
	Euros	Euros
Água, energia e combustíveis	24 489	26 895
Material de consumo corrente	10 159	8 299
Publicações	317	427
Material de higiene e limpeza	3 048	2 876
Rendas e alugueres	18 530	18 848
Comunicações	24 090	26 489
Deslocações, estadas e representações	28 261	28 667
Publicidade	127 726	83 751
Conservação e reparação	54 181	55 264
Estudos e consultas	121 778	122 480
Informática	664 473	644 307
Outsourcing e trabalho independente	587 741	578 673
Serviços de limpeza	2 661	2 867
Outros serviços especializados	17 776	5 745
Seguros	13 675	15 121
Contencioso	52 486	19 703
Outros fornecimentos e serviços	10 671	11 760
	1 762 062	1 652 172

No exercício de 2021 uma parte significativa das rubricas de Gastos gerais administrativos apresentaram variações muito ligeiras relativamente a 2020, sendo apenas de destacar as seguintes:

- Em “Publicidade” são registados os encargos com marketing, que em 2020 ascenderam apenas a Euros 83.751 devido ao contexto de pandemia; em 2021 já foi possível realizar ações de marketing com outra relevância, nomeadamente no que respeita à presença digital da IMGa, registando-se assim um aumento de 52,5% nessa rubrica (variação de Euros 43.975);
- A rubrica de “Informática”, que em 2021 representa 38% dos Gastos gerais administrativos (39% em 2020), registou um acréscimo de 3% (Euros 20.167) nos anos em causa. Nessa rubrica estão registados serviços de desenvolvimento de software de apoio à gestão;
- A rubrica de “Outsourcing e trabalho independente” também representa um valor significativo na estrutura de gastos gerais da Sociedade (33% em 2021 e 35% em 2020), e inclui gastos de natureza diversa, com destaque para: (i) serviços de contabilidade; (ii) manutenção de softwares específicos de suporte à atividade dos fundos e de apoio à gestão (Binfólio, SIGMA, EMIR); (iii) serviços de valorização de instrumentos financeiros; e (iv) serviços de consultoria;

De salientar que a rubrica “Rendas e alugueres” contabiliza locações de ativos de baixo valor, designadamente equipamento de impressão e que em 2021 a rubrica “Estudos e consultas” inclui o valor de Euros 121.778 (2020: Euros 122.480), correspondente a serviços prestados por auditoras e consultoras. Nos anos em causa essa mesma rubrica, inclui o montante de Euros 10.332 e 8.856, respetivamente 2021 e 2020, relativos a serviços prestados pelo Revisor Oficial de Contas.

Nota 7 – Depreciações e amortizações do exercício

O valor desta rubrica é composto por:

	2021 Euros	2020 Euros
Ativos intangíveis		
"Software"	13 576	13 338
Outros	125 000	125 000
	138 576	138 338
Outros Ativos tangíveis		
Imóveis	25 038	25 038
Imóveis sob direito de uso	261 188	261 120
Equipamentos		
<i>Mobiliário e materiais</i>	14 950	14 694
<i>Equipamento telefónico</i>	8 211	13 172
<i>Equipamento administrativo</i>	348	348
<i>Equipamento informático</i>	25 856	15 265
<i>Instalações interiores</i>	1 139	1 139
<i>Equipamento de transporte sob direito de uso</i>	30 222	30 431
Outros equipamentos	1 413	846
Outros ativos tangíveis	1 504	1 504
	369 870	363 557
	508 446	501 894

As movimentações, com referência a 31 de dezembro de 2021, das rubricas de “Ativos intangíveis” e de “Outros ativos tangíveis” são apresentadas na nota 12 e 11, respetivamente.

Em 2021 e 2020, as rubricas “Imóveis sob direito de uso” e “Equipamento de Transporte sob direito de uso” registam os valores de depreciações do exercício resultantes da aplicação da IFRS 16.

Nota 8 – Caixa e disponibilidades em bancos centrais

À data de 31 de dezembro de 2021, a rubrica Caixa e disponibilidades em bancos centrais regista o montante de Euros 930, que inclui o valor de moeda estrangeira em caixa no final de 2021.

Nota 9 - Disponibilidades em outras instituições de crédito

O valor desta rubrica é composto por:

	2021 Euros	2020 Euros
Disponibilidades em outras instituições de crédito		
<i>Depósitos à Ordem</i>	4 496 198	4 160 042
<i>Depósitos a Prazo</i>	-	-
<i>Outros Instrumentos Financeiros</i>	-	-
	4 496 198	4 160 042

Nota 10 – Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados

Em 2021 e 2020 esta rubrica inclui, exclusivamente, os valores relativos ao Fundo de Compensação do Trabalho da IMGA.

	2021	2020
	Euros	Euros
Fundo de Compensação do Trabalho	72 635	64 769
	72 635	64 769

Nota 11 – Outros ativos tangíveis

Esta rubrica é analisada como segue:

	2021	2020
	Euros	Euros
Imóveis	347 331	347 331
Imóveis sob direito de uso	1 330 553	1 330 081
Equipamentos		
<i>Mobiliário e materiais</i>	120 976	118 116
<i>Equipamento telefónico</i>	119 644	115 216
<i>Equipamento administrativo</i>	2 232	2 232
<i>Equipamento informático</i>	289 024	258 662
<i>Instalações interiores</i>	10 310	10 310
<i>Equipamento de transporte sob direito de uso</i>	157 693	152 157
<i>Outros equipamentos</i>	23 484	8 861
Outros ativos tangíveis	12 035	12 035
	2 413 283	2 355 000
Depreciações acumuladas		
<i>Relativas ao período corrente</i>	(367 555)	(362 673)
<i>Relativas a períodos anteriores</i>	(1 414 090)	(1 051 417)
	(1 781 644)	(1 414 090)
	631 638	940 911

Apresentam-se de seguida os movimentos na rubrica de “Outros ativos tangíveis” registados durante o ano de 2021:

	1 de jan. 2021 Euros	Aquisições / Dotações Euros	Alienações / Abates Euros	31 de dez. 2021 Euros
Custo				
<i>Imóveis</i>	347 331	-	-	347 331
<i>Imóveis sob direito de Uso</i>	1 330 081	472	-	1 330 553
Equipamentos				
<i>Mobiliário e materiais</i>	118 116	2 860	-	120 976
<i>Equipamento telefónico</i>	115 215	6 226	(1 797)	119 644
<i>Equipamento administrativo</i>	2 232	-	-	2 232
<i>Equipamento informático</i>	258 661	30 363	-	289 024
<i>Instalações interiores</i>	10 310	-	-	10 310
<i>Equipamento de transporte sob direito de uso</i>	152 157	5 536	-	157 693
<i>Outros equipamentos</i>	8 861	14 624	(1)	23 484
<i>Outros ativos tangíveis</i>	12 035	-	-	12 035
	2 355 000	60 081	(1 798)	2 413 283
Depreciações acumuladas				
<i>Imóveis</i>	82 556	25 038	-	107 594
<i>Imóveis Sob Direito de Uso</i>	886 042	261 385	-	1 147 426
Equipamentos				
<i>Mobiliário e materiais</i>	58 672	14 950	-	73 622
<i>Equipamento telefónico</i>	72 610	8 211	(1 590)	79 231
<i>Equipamento administrativo</i>	858	348	-	1 207
<i>Equipamento informático</i>	209 802	25 856	-	235 659
<i>Equipamento de transporte sob direito de uso</i>	90 937	30 308	(1 008)	120 238
<i>Instalações interiores</i>	4 473	1 139	-	5 612
<i>Outros equipamentos</i>	4 316	1 413	(0)	5 728
<i>Outros ativos tangíveis</i>	3 823	1 504	-	5 328
	1 414 089	370 153	(2 598)	1 781 644
	940 911	(310 071)	800	631 638

Comparativamente com os valores de 2020:

	1 de jan. 2020 Euros	Aquisições/ Dotações Euros	Alienações / Abates Euros	31 de dez. 2020 Euros
Custo				
<i>Imóveis</i>	347 331	-	-	347 331
<i>Imóveis sob direito de Uso</i>	1 329 778	303	-	1 330 081
Equipamentos				
<i>Mobiliário e materiais</i>	116 067	2 049	-	118 116
<i>Equipamento telefónico</i>	112 507	3 110	(401)	115 215
<i>Equipamento administrativo</i>	2 232	-	-	2 232
<i>Equipamento informático</i>	211 769	46 893	(1)	258 661
<i>Instalações interiores</i>	10 310	-	-	10 310
<i>Equipamento de transporte sob direito de uso</i>	146 229	5 927	-	152 157
<i>Outros equipamentos</i>	8 861	-	-	8 861
<i>Outros ativos tangíveis</i>	12 035	-	-	12 035
	2 297 120	58 283	(403)	2 355 000
Depreciações acumuladas				
<i>Imóveis</i>	57 518	25 038	-	82 556
<i>Imóveis sob direito de Uso</i>	624 838	261 203	-	886 042
Equipamentos				
<i>Mobiliário e materiais</i>	43 978	14 694	-	58 672
<i>Equipamento telefónico</i>	59 669	13 135	(194)	72 610
<i>Equipamento administrativo</i>	510	348	-	858
<i>Equipamento informático</i>	194 538	15 264	-	209 802
<i>Instalações interiores</i>	61 241	30 386	(690)	90 937
<i>Equipamento de transporte sob direito de uso</i>	3 334	1 139	-	4 473
<i>Outros equipamentos</i>	3 470	846	-	4 316
<i>Outros ativos tangíveis</i>	2 319	1 504	-	3 823
	1 051 417	363 556	(884)	1 414 089
	1 245 703	(305 273)	481	940 911

Nota 12 - Ativos intangíveis

O valor desta rubrica é composto por:

	2021 Euros	2020 Euros
Software	219 949	212 471
Outros ativos intangíveis	2 500 000	2 500 000
Ativos Intangíveis em Curso	34 044	34 044
	2 753 993	2 746 515
Amortizações acumuladas		
<i>Relativas ao período corrente</i>	(138 576)	(138 338)
<i>Relativas a períodos anteriores</i>	(597 784)	(459 446)
	(736 360)	(597 784)
	2 017 633	2 148 731

A rubrica “Outros ativos intangíveis”, no valor de Euros 2.500.000, contabiliza o valor referente à carteira de Fundos cuja gestão foi transferida da Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo em 2017.

Os movimentos na rubrica de Ativos intangíveis durante o ano de 2021 foram os seguintes:

	1 de jan. 2021 Euros	Aquisições / Dotações Euros	Alienações / Abates Euros	31 de dez. 2021 Euros
Custo				
<i>Software</i>	212 471	7 478	-	219 949
<i>Outros ativos intangíveis</i>	2 500 000	-	-	2 500 000
<i>Ativos intangíveis em curso</i>	34 044	-	-	34 044
	2 746 515	7 478	-	2 753 993
Amortizações acumuladas				
<i>Software</i>	191 534	13 576	-	205 110
<i>Outros ativos intangíveis</i>	406 250	125 000	-	531 250
	597 784	138 576	-	736 360
	2 148 731	(131 098)	-	2 017 633

Comparativamente com os valores de 2020:

	1 de jan. 2020 Euros	Aquisições / Dotações Euros	Alienações / Abates Euros	31 de dez. 2020 Euros
Custo				
<i>Software</i>	205 240	7 231	-	212 471
<i>Outros ativos intangíveis</i>	2 500 000	-	-	2 500 000
<i>Ativos Intangíveis em curso</i>	34 044	-	-	34 044
	2 739 284	7 231	-	2 746 515
Amortizações acumuladas				
<i>Software</i>	178 196	13 338	-	191 534
<i>Outros ativos intangíveis</i>	281 250	125 000	-	406 250
	459 446	138 338	-	597 784
	2 279 838	(131 107)	-	2 148 731

Nota 13 - Impostos sobre o rendimento

A rubrica de impostos sobre o rendimento pode ser analisada como se segue:

	2021 Euros	2020 Euros
Impostos correntes		
<i>Do exercício</i>	581 774	613 543
<i>Correções de exercícios anteriores</i>	-	16 457
	581 774	630 000
Impostos diferidos	52 988	52 988

A rubrica de ativos por "Impostos diferidos" contabiliza, a 31 de dezembro de 2021, o montante de Euros 6.727 (2020: Euros: 59.716) gerados por diferenças temporárias fiscais associadas a gastos pagos pela Sociedade no passado (reformas antecipadas) ainda no âmbito do grupo Millennium bcp.

Essa situação gerou, assim, impostos diferidos referentes aos desvios atuariais reconhecidos por contrapartida de reservas, em resultado da alteração da política contabilística (no âmbito da Lei 61/2014, de 26 de agosto, que aplicou o regime especial aplicável aos ativos por impostos diferidos que tenham resultado da não dedução de gastos e variações patrimoniais negativas com perdas por imparidade em créditos e com benefícios pós-emprego ou a longo prazo de empregados).

Os Impostos diferidos foram reconhecidos através de resultados no montante de Euros 52.988. Esses impostos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas em vigor na data de balanço.

Em 2021, a rubrica de “Passivos por impostos correntes” regista o valor de Euros 87.048, que inclui Euros 33.943 referente a correções de estimativa de imposto de exercícios anteriores, além do valor da estimativa de imposto de 2021 (Euros 581.774) deduzido dos pagamentos por conta efetuados nesse ano (Euros 528.669).

A taxa de imposto diferido é analisada como segue:

	2021	2020
Taxa de IRC (a)	21%	21%
Taxa de derrama municipal	1,5%	1,5%
Taxa de derrama estadual (b)	3%	3%
Total (c)	25,5%	25,5%

(a) Aplicada aos impostos diferidos associados a prejuízos fiscais.

(b) Taxa aplicável a partir da matéria coletável de 1,5M até 7,5M.

(c) Aplicada aos impostos diferidos associados a diferenças temporárias.

A reconciliação da taxa de imposto pode ser analisada como segue:

	2021	2020
	%	%
	Euros	Euros
Resultado antes de imposto	2 503 281	2 541 200
<i>Acréscimo para efeitos do apuramento do lucro tributável</i>	451 938	438 226
<i>Acréscimo para efeitos do apuramento do lucro tributável - IFRS 16</i>	-	-
<i>Deduções para efeitos do apuramento do lucro tributável - IFRS 16</i>	-	(23 730)
<i>Benefícios fiscais não reconhecidos em resultados</i>	(554 486)	(433 793)
Lucro Tributável	2 400 732	2 521 904
<i>IRC</i>	504 154	529 600
<i>Derrama Municipal</i>	36 011	37 829
<i>Derrama Estadual</i>	27 022	30 657
<i>Tributação autónoma</i>	14 588	15 457
Imposto estimado do período	581 774	613 543
Correções de períodos anteriores	-	-
Imposto Corrente	23,24% 581 774	24,14% 613 543

Nota 14 - Outros ativos

A composição desta rubrica é a seguinte:

	2021	2020
	Euros	Euros
Ativos Correntes		
<i>Gastos antecipados</i>	95 857	86 518
<i>Outros rendimentos a receber</i>	1 049 262	918 458
<i>Contas diversas</i>	23 904	68 468
	1 169 022	1 073 444
Ativos Não Correntes		
<i>Outros rendimentos a receber</i>	101 841	101 841
<i>Contas diversas</i>	98 312	29 863
	200 154	131 705
	1 369 175	1 205 149

Em Ativos Correntes, a rubrica “Outros rendimentos a receber” regista as contas correntes de clientes e outros devedores, sendo composta essencialmente pela faturação da comissão de gestão cobrada pela Sociedade aos Fundos.

Em Ativos Não Correntes estão contabilizados montantes a receber referentes a cauções de rendas de instalações e outras dívidas relacionadas com processos fiscais.

Nota 15 – Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado

Esta rubrica inclui os passivos de locação, registados no âmbito da aplicação da IFRS 16 no exercício de 2019, e compreende os seguintes valores em função do prazo de liquidação:

	2021	2020
	Euros	Euros
Passivos de Locação		
<i>Valor a curto prazo (liquidação inferior a 12 meses)</i>	199 913	305 385
<i>Valor a médio / longo prazo (superior a 12 meses)</i>	38 886	233 711
	238 799	539 096

Em 2021 foram pagas locações (rendas) no valor de Euros 308.329. Em termos de maturidade, as rendas a pagar associadas aos passivos de locação, e não deduzidas dos encargos financeiros, são as seguintes: (i) até um ano – Euros 203.642; (ii) de um a cinco anos – Euros 39.841.

Nota 16 - Outros passivos

Esta rubrica é analisada como segue:

	2021	2020
	Euros	Euros
Passivo Corrente		
<i>Outros credores</i>	127 108	53 737
<i>Setor público administrativo</i>	151 811	147 183
<i>Encargos a pagar por gastos com pessoal</i>	595 230	724 363
<i>Outros encargos a pagar</i>	1 234 165	840 271
	2 108 313	1 765 554
Passivo Não Corrente		
<i>Outros credores</i>	9 348	9 348
<i>Encargos a pagar por gastos com pessoal</i>	387 284	208 633
	396 632	217 981
	2 504 945	1 983 536

Em Passivo Corrente, a rubrica de “Encargos a pagar por gastos com pessoal” inclui as Férias e Subsídio de Férias a pagar e os prémios a atribuir aos colaboradores da Sociedade no ano seguinte.

Em 2021, os “Outros encargos a pagar” regista, essencialmente, a comissão de comercialização variável do Millennium bcp, no valor de Euros 1.088.650 (2020: Euros 740.943), que é faturada e paga no ano seguinte, e acréscimos de gastos diversos a pagar, que ascenderam a Euros 126.190 (2020: Euros 99.328).

Em Passivo Não Corrente, na rubrica de “Outros credores” encontra-se contabilizado o saldo por reembolsar aos participantes do fundo Millennium PPA, já liquidado.

Na rubrica de “Encargos a pagar por gastos com pessoal” estão registados os prémios a pagar aos colaboradores num prazo igual ou superior a dois anos.

Nota 17 - Capital

O capital social no montante de Euros 1.000.000 da IM Gestão de Ativos – Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A. está integralmente subscrito e realizado, sendo representado por 1.000.000 ações de valor nominal de 1 Euro cada.

Nota 18 - Reserva legal

Nos termos da legislação portuguesa, a Sociedade deverá reforçar anualmente a reserva legal em pelo menos 10% dos lucros líquidos anuais, até à concorrência do capital social, não podendo normalmente esta reserva ser distribuída.

A Sociedade já possui a reserva legal mínima obrigatória, pelo que não foi efetuado qualquer reforço no exercício.

Nota 19 - Reservas e resultados acumulados

Esta rubrica é analisada como segue:

	2021	2020
	Euros	Euros
Outras reservas e resultados acumulados		
<i>Reserva legal</i>	1 000 001	1 000 001
<i>Outras reservas e resultados transitados</i>	1 895 626	1 888 590
	2 895 627	2 888 591

Em 2021, a IMGA procedeu à distribuição de reservas livres no montante de Euros 1.850.000.

Nota 20 - Ativos sob gestão

Em 31 de dezembro de 2021, o valor global dos fundos mobiliários geridos pela Sociedade é composto por:

Fundos de Investimento Mobiliário	Euros
Fundos Abertos	
Fundos de Curto Prazo	
CA Monetário	94 145 370
CA Curto Prazo	15 320 258,60
IMGA Money Market	238 296 101
IMGA Money Market USD	7 563 518
IMGA Liquidez	911 929 973
Fundos de Obrigações	
IMGA Dívida Pública Europeia	15 902 756
IMGA Euro Taxa Variável	307 768 044
IMGA Iberia Fixed Income ESG	2 872 470
IMGA Retorno Global	15 651 679
IMGA Rendimento Mais	106 485 185
IMGA Rendimento Semestral	283 424 258
CA Rendimento	182 109 541
Fundos Multiativos	
IMGA Alocação Conservadora	978 756 074
IMGA Alocação Dinâmica	82 579 895
IMGA Alocação Moderada	221 854 431
IMGA Flexível	19 697 358
EUROBIC Seleção TOP	5 539 828
Fundos de Ações	
IMGA Ações América	33 447 927
IMGA Ações Portugal	113 240 973
IMGA European Equities	42 556 170
IMGA Global Equities Selection	26 844 714
IMGA Iberia Equities ESG	2 764 523
Fundos de Poupança Reforma Harmonizados	
IMGA Poupança PPR/OICVM	536 535 332
IMGA Investimento PPR/OICVM	43 985 513
EUROBIC PPR/OICVM Ciclo Vida -34	1 539 092
EUROBIC PPR/OICVM Ciclo Vida -35-44	2 255 382
EUROBIC PPR/OICVM Ciclo Vida -45-54	3 497 509
EUROBIC PPR/OICVM Ciclo Vida +55	8 577 750
Total de Ativos sob Gestão	4 305 141 623

Nessa data, a composição do valor global dos fundos de capital de risco geridos pela Sociedade é a seguinte:

Fundos de Capital de Risco	Euros
Fundos Fechados	
<i>Mondego Invest</i>	1 400 690
<i>Capitalves SIFIDE</i>	10 700 037
Total de Ativos Sob Gestão	12 100 727

Nota 21 - Contas extrapatrimoniais

Os valores registados nas rubricas extrapatrimoniais podem ser apresentados conforme segue:

	2021	2020
	Euros	Euros
Valores administrados pela Sociedade	4 317 242 350	3 204 342 908
Garantia a favor de terceiros	100 976	100 976

Nota 22 - Justo valor

A Sociedade atualiza mensalmente o valor dos Fundos de Compensação do Trabalho, registados na rubrica “Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados”, com base na cotação disponibilizada pela entidade gestora desses Fundos.

Nota 23 - Partes relacionadas

Conforme definido na IAS 24, para além das entidades que controlam ou exercem influência significativa sobre a Sociedade, são também partes relacionadas os membros do Conselho de Administração.

Não se registaram quaisquer autorizações para a realização de negócios entre a Sociedade e os seus Administradores, nos termos definidos no artigo 397º do Código das Sociedades Comerciais.

Em 2021 foram efetuadas transações intragrupo conforme se apresenta:

	Gastos	Rendimentos	Saldo em 31 dez. 2021
Intermoney Valora Consulting, S.A.	183 652	-	-
CIMD, S.A.	9 037	-	-
Intermoney Consultoria, S.A.	31 300	-	-

Comparativamente com os valores de 2020:

	Gastos	Rendimentos	Saldo em 31 dez. 2020
Intermoney Valora Consulting, S.A.	199 658	-	-
CIMD, S.A.	8 026	-	-
Intermoney Consultoria, S.A.	22 500	-	-

Remunerações a membros do Conselho de Administração

No ano de 2021 foi pago o valor global de Euros 404.230 (2020: Euros 401.946).

Nota 24 - Gestão de riscos

Dada a natureza dos ativos que constituem o balanço, na sua maioria depósitos à ordem junto de Instituições de Crédito previamente avaliadas pela Sociedade e valores a receber das comissões de gestão dos fundos sob gestão, a Sociedade apresenta um nível reduzido de exposição ao risco de contraparte e aos riscos associados ao não pagamento dos montantes a receber, não existindo qualquer historial ou indícios de incumprimento das suas contrapartes.

Quanto aos restantes riscos, nomeadamente os riscos de mercado, o grau de exposição é diminuto, sem expressão.

Nota 25 – Requisitos Prudenciais

Os Fundos Próprios e os Requisitos de Fundos Próprios da Sociedade são calculados de acordo com Regulamento da CMVM n.º 1/2020 e o artigo 71.º-M do RGOIC.

	2021 Euros	2020 Euros
Capitais Próprios:		
<i>Capital realizado</i>	1 000 000	1 000 000
<i>Reservas</i>	2 895 627	2 888 591
Total	3 895 627	3 888 591
Fundos próprios totais	1 871 267	1 680 144
Requisitos de fundos próprios	1 258 854	1 500 770

De acordo com o Decreto-Lei nº 16/2015, de 24 de fevereiro, a Sociedade tem de deter, a todo tempo, Fundos Próprios iguais ou superiores ao montante calculado em função das despesas gerais fixas previsto nos n.º 1 a 3 do artigo 97.º do Regulamento (UE) n.º 575/2013, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013, ou ao montante adicional ao capital inicial mínimo a constituir sempre que o valor líquido global das carteiras sob sua gestão exceder Euros 250.000.000 de acordo com Artigo 71.º-M do referido Decreto-Lei.

O montante de Fundos Próprios adicional exigido é igual a 0,02% do montante em que o valor líquido global das carteiras sob gestão exceda o montante de Euros 250.000.000, não podendo a soma do capital inicial com o montante suplementar de Fundos Próprios exigidos ser superior a Euros 10.000.000.

Nota 26 - Factos relevantes

Em 2021, a par do alargamento do universo de entidades comercializadoras dos fundos geridos pela IMGA (designadamente com o Bison Bank, BIG e Banco Invest), foi constituída uma nova categoria de Unidades de Participação destinada a investidores de retalho, a Categoria R, integrada na central de valores mobiliários gerida pela Interbolsa e comercializada pelas novas entidades distribuidoras.

Merece ainda destaque a consolidação da atividade no mercado de fundos de capital de risco, conforme mais detalhadamente referido no relatório de gestão.

Nota 27 – Normas contabilísticas recentemente emitidas

Apresentam-se de seguida as novas normas e alterações às normas IFRS em vigor, com impacto direto na Sociedade, apresentando uma descrição sumária das alterações e o respetivo status de endosso pela União Europeia, com referência a 31 de dezembro de 2021.

O resumo abaixo não apresenta as alterações às normas publicadas pelo IASB ainda não endossadas pela União Europeia.

Alteração às Normas que se tornaram efetivas a 1 de janeiro de 2021:

Norma

IFRS 16 - Bonificações de rendas relacionadas com a Covid-19

Descrição Sumária

"Perante a pandemia global provocada pelo novo coronavírus (COVID-19), os locadores têm atribuído benefícios aos locatários, relativamente às rendas de locação, as quais podem assumir diferentes formatos, como a redução, o perdão ou o diferimento das rendas contratualizadas.

Esta alteração à IFRS 16 introduz um expediente prático para os locatários (mas não para os locadores), que os isenta de avaliar se as bonificações atribuídas pelos locadores no âmbito da COVID-19, e exclusivamente estas bonificações, qualificam como modificações às locações.

Os locatários que optem pela aplicação desta isenção, contabilizam a alteração aos pagamentos das rendas, como rendas variáveis de locação no(s) período(s) no(s) qual(ais) o evento ou condição que leva à redução de pagamento ocorre.

O expediente prático apenas é aplicável quando se verificam cumulativamente as seguintes condições:

- A alteração nos pagamentos de locação resulta numa retribuição revista para a locação que é substancialmente igual, ou inferior, à retribuição imediatamente anterior à alteração;
- Qualquer redução dos pagamentos de locação apenas afeta pagamentos devidos a, ou antes de 30 de junho de 2021; e
- Não existem alterações substantivas a outros termos e condições da locação.

Esta alteração é aplicada retrospectivamente com os impactos refletidos como um ajustamento nos resultados transitados (ou outra componente de capital próprio, conforme apropriado) no início do período de relato anual em que o locatário aplica a alteração pela primeira vez."

Regulamento de Endosso

Regulamento (UE) N.º 2020/1434, de 9 de outubro.

Data de Eficácia

Períodos anuais com início em ou após 1 de junho de 2020.

Norma

"IFRS 16

Locações – Bonificações de rendas relacionadas com a COVID-19 após 30 de junho de 2021"

Descrição Sumária

"A alteração estende a data de aplicação da alteração à IFRS 16 – 'Locações - Bonificações de rendas relacionadas com a COVID-19' de 30 de junho de 2021 até 30 de junho de 2022.

As condições de aplicação do expediente prático mantêm-se, sendo que:

i) Caso o locatário já esteja a aplicar o expediente prático de 2020, terá de continuar a aplicá-lo a todos os contratos de locação com características similares, e em condições comparáveis;

ii) Caso o locatário não tenha aplicado o expediente prático às bonificações de rendas elegíveis de 2020, não poderá aplicar a extensão à alteração de 2020.

Esta alteração é aplicada retrospectivamente com os impactos refletidos como um ajustamento ao saldo de abertura dos resultados transitados do período de relato anual em que o locatário aplica esta alteração pela primeira vez."

Regulamento de Endosso

Regulamento (UE) N.º 2021/1421, de 30 de agosto.

Data de Eficácia

Períodos anuais com início em ou após 1 de abril de 2021, sendo permitida a adoção antecipada, contingente da adoção da primeira alteração à IFRS 16.

Norma

IFRS 16 - Incentivos de locação

Descrição Sumária

"A melhoria introduzida corresponde à alteração do exemplo ilustrativo 13 que acompanha a IFRS 16, de forma a eliminar uma inconsistência no tratamento contabilístico de incentivos atribuídos pelo locador ao locatário.

Esta melhoria é de aplicação prospetiva."

Regulamento de Endosso

Regulamento (UE) N.º 2021/1080, de 28 de junho.

Data de Eficácia

Períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2022.

Nota 28 - Eventos subsequentes

Não ocorreram quaisquer factos, após 31 de dezembro de 2021, que alterem significativamente a apresentação das demonstrações financeiras.

Relatório de auditoria

Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da IM Gestão de Ativos – Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A. (a Entidade), que compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2021 (que evidencia um total de 8 594 937 euros e um total de capital próprio de 5 764 145 euros, incluindo um resultado líquido de 1 868 518 euros), a demonstração dos resultados por naturezas e do rendimento integral, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da IM Gestão de Ativos – Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A. em 31 de dezembro de 2021 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), tal como adotadas na União Europeia.;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e

- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou a erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;

- comunicamos **com** os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, **o** âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da **a** auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado **durante** a auditoria;
- das matérias **que** comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, **deter**minamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações **financeiras** do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos **essas** matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- declaramos ao **órg**ão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência **e** comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas **como** ameaças à nossa independência e, quando aplicável, quais as medidas **tomadas** para eliminar as ameaças ou quais as salvaguardas aplicadas.

A nossa responsabilidade **de** inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com **as** demonstrações financeiras.

Relato sobre outros **requisitos** legais e regulamentares

Sobre o relatório de **gestão**

Dando cumprimento ao **artigo** 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório **de** gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a **informação** nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em **conta** o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 28 de fevereiro **de** 2022

Mazars & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.

Representada por **Fernan**do Jorge Marques Vieira (Revisor Oficial de Contas nº 564 e registado na CMVM com nº 20160225)

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATÓRIO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **IM GESTÃO DE ATIVOS - SOCIEDADE GESTORA DE ORGANISMOS DE INVESTIMENTO COLETIVO, S.A.** (a Entidade), que compreendem a Demonstração da Posição Financeira em 31 de dezembro de 2021 (que evidencia um total de 8.594.937 euros e um total de capital próprio de 5.764.145 euros, incluindo um resultado líquido de 1.868.518 euros), a Demonstração dos Resultados e do Outro Rendimento Integral, a Demonstração das Alterações dos Capitais Próprios e a Demonstração dos Fluxos de Caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da **IM GESTÃO DE ATIVOS - SOCIEDADE GESTORA DE ORGANISMOS DE INVESTIMENTO COLETIVO, S.A.** em 31 de dezembro de 2021 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS);

- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades..

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;

- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATÓRIO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 28 de fevereiro de 2022

PONTES, BAPTISTA & ASSOCIADOS
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Número de registo na CMVM: 20161505
Número de registo na OROC: 209

Representada por



Luís Baptista

Número de registo na CMVM: 20160809
Número de registo na OROC: 1198

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Acionistas,

No cumprimento do mandato que V. Exas. nos conferiram e no desempenho das nossas funções legais e estatutárias, submetemos à Vossa apreciação o Relatório sobre a atividade desenvolvida e o Parecer sobre o Relatório de Gestão, as Demonstrações Financeiras e a proposta de aplicação dos resultados apresentados pelo Conselho de Administração, bem como o nosso parecer sobre a Certificação Legal de Contas emitida pelo Revisor Oficial de Contas, relativamente ao exercício findo em trinta e um de dezembro de dois mil e vinte e um.

No âmbito das competências e deveres legais e estatutários, acompanhámos a atividade da IM Gestão de Ativos – Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A. no decorrer do exercício de dois mil e vinte e um. Com base na Certificação Legal de Contas e no Relatório dos Auditores Externos, verificámos que as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados pela Sociedade na preparação das suas Demonstrações Financeiras, conduzem a uma correta avaliação do património e dos resultados da Sociedade.

Nas reuniões realizadas, obtivemos toda a informação e todos os esclarecimentos solicitados ao Conselho de Administração, quer através da Comissão Executiva quer da parte dos Quadros Diretivos. Acompanhámos os trabalhos de auditoria externa, nomeadamente a análise do sistema de gestão de riscos e de controlo interno em vigor, o processo de preparação e divulgação da informação financeira, bem como tomámos conhecimento das conclusões do relatório de auditoria interna.

Tomámos conhecimento dos trabalhos desenvolvidos e acompanhámos a revisão legal das contas e a sua execução pela Pontes, Baptista & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por Luís Fernando da Costa Baptista, com quem reunimos regularmente, tendo verificado a sua independência e tendo tomado conhecimento da Certificação Legal das Contas e do Relatório Final de Conclusões e Recomendações de Auditoria, com cujo conteúdo concordamos, tal como obtivemos também dos auditores externos, Mazars & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, a colaboração necessária e tendo tomado conhecimento do Relatório de Auditoria com cujo conteúdo também concordamos.

Realçamos a conclusão do Revisor Oficial de Contas quanto à avaliação dos impactos do Covid-19 nas Demonstrações Financeiras, na qual refere que, considerando que o nível de atividade não foi afetado, tal como a rentabilidade e os fluxos de caixa operacionais, não se identificaram novos fatores que possam afetar de forma material a continuidade das operações.

O Conselho Fiscal concluiu, que tanto quanto é do seu conhecimento, a Demonstração da Posição



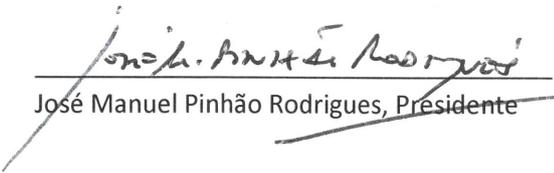
Financeira, a Demonstração dos Resultados e do Rendimento Integral, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa, e as correspondentes Notas Anexas às Demonstrações Financeiras, bem como o Relatório de Gestão, lidos em conjunto com a Certificação Legal das Contas e com o Relatório de Auditoria, permitem uma adequada compreensão da situação financeira e dos resultados da Sociedade e satisfazem as disposições contabilísticas, legais e estatutárias em vigor.

Assim, somos de parecer:

1. Que sejam aprovados o Relatório de Gestão, bem como a Demonstração da Posição Financeira, a Demonstração dos Resultados e do Rendimento Integral, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, e as Notas às Demonstrações Financeiras apresentados pelo Conselho de Administração e relativos ao exercício findo em trinta e um de dezembro de dois mil e vinte e um;
2. Que não existem objeções à aprovação da proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração;
3. Que seja aprovado um voto de louvor à Administração da Sociedade, pela forma como soube conduzir o governo da Sociedade, de modo a obter resultados comerciais e contabilísticos tão expressivos.

Lisboa, vinte e oito de fevereiro de dois mil e vinte e dois

O Conselho Fiscal


José Manuel Pinhão Rodrigues, Presidente


Isabel Maria Estima da Costa Lourenço, Vogal


Tiago Roquette Geraldes, Vogal



gestão de ativos
sgoic



RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE

2021

ÍNDICE

MENSAGEM DA COMISSÃO EXECUTIVA	2
PRINCIPAIS INDICADORES	3
ENQUADRAMENTO	5
A IMGA	6
DESEMPENHO ECONÓMICO.....	9
DESEMPENHO AMBIENTAL	11
DESEMPENHO SOCIAL	18

Mensagem da Comissão Executiva

O ano de 2021 ficou marcado, uma vez mais, pelo impacto da Covid-19. A maior pandemia dos últimos 100 anos originou significativas perdas humanas e económicas, provocando uma transformação radical em várias dimensões, desde os padrões de consumo ao modo como trabalhamos e interagimos.

A rapidez e eficácia da vacinação em Portugal travou o forte agravamento pandémico registado no início do ano, no entanto, a chegada do variante delta e, mais recentemente, da ómicrom, ditaram o regresso das restrições e confinamentos à escala mundial, o que poderá vir a reduzir o ritmo da retoma económica para os níveis pré-pandemia nos próximos meses.

Num contexto socioeconómico desafiante, a IM Gestão de Ativos - SGOIC, SA (IMGA) voltou a registar um crescimento significativo da sua atividade em 2021.

A recuperação dos mercados financeiros e o aumento do número de subscrições de fundos de investimento permitiram à IMGA superar os €4,3B de ativos sob gestão, reforçando a sua posição como maior sociedade gestora independente a nível nacional e, cada vez mais, uma referência do setor na Península Ibérica.

Com o objetivo primordial de proteger os seus Colaboradores, a IMGA adotou, desde o início da pandemia, várias medidas extraordinárias, algumas das quais continuam em vigor, como seja a realização de testes à Covid-19 com periodicidade mensal. Uma posição pró-ativa que tem permitido também preservar a atividade corrente da Sociedade e o património dos Participantes dos fundos.

Destaque ainda para o constante reforço dos procedimentos internos e de controlo, possibilitando uma monitorização contínua dos riscos da Sociedade e dos fundos por si geridos e o significativo investimento realizado em sistemas, de modo a preparar a sua estrutura para as alterações normativas e legislativas, nomeadamente ao nível dos critérios ESG (*Environmental, Social and Governance*).

Nos últimos anos a Sociedade tem procurado pautar a sua atuação com princípios de elevada responsabilidade social, ambiental e económica, privilegiando práticas que promovam a racionalização de recursos e o desenvolvimento sustentável. Nesse sentido, a IMGA avança este ano para um documento que integra essas três dimensões, dando origem ao presente Relatório de Sustentabilidade, publicado conjuntamente com o seu Relatório e Contas de 2021.

Conscientes de que este é um caminho que não se faz sozinho, a IMGA comprometeu-se em respeitar e apoiar os 10 Princípios do *Global Compact* das Nações Unidas procurando, através da participação e partilha de experiências, alinhar a sua atuação com as melhores práticas internacionais em matéria de direitos humanos, práticas laborais, proteção ambiental e combate à corrupção.

A IMGA assumiu também o compromisso de contribuir para alcançar os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável definidos na Agenda 2030 e pretende a curto prazo melhorar a transparência e comunicação destes temas, com a integração de mais indicadores de desempenho económico, social e ambiental, a divulgação das ações realizadas e a avaliação dos impactos gerados.

Há ainda um longo caminho a percorrer neste desafiante, mas premente, processo de análise e de adaptação transversal da cultura e estratégia da IMGA em matéria de sustentabilidade, no entanto, a Sociedade reitera a vontade de, juntamente com os seus *stakeholders*, continuar a trabalhar com empenho e seriedade para um futuro mais sustentável.

Emanuel Silva
CEO

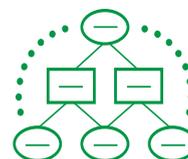
Principais Indicadores

SOCIAL

DISTRIBUIÇÃO DE COLABORADORES POR GÉNERO

41 COLABORADORES

 39%
  61%



DONATIVOS ÀS ONG'S

2019	2020	2021
21.500€	23.750€	24.500€



ECONÓMICO

RESULTADOS **€2.503.281**

(ANTES DE IMPOSTOS)

Nº DE FUNDOS	28	6
	FUNDOS DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO	FUNDOS DE CAPITAL DE RISCO



ATIVOS SOB GESTÃO **€4,3**
Mil Milhões

AMBIENTAL

CONSUMO TOTAL DE ENERGIA



2020

115.554 MWH



2021

91.494 MWH

CONSUMO DE PAPEL



2020

1073 kg



2021

1070 kg

CONSUMO DE ÁGUA



2020

542 m³



2021

496 m³

CONSUMO DE RESÍDUOS



2020

4.2 ton



2021

4.0 ton

EMISSÕES DE GEE



2020

95,04 tCO₂e



2021

95,08 tCO₂e

Enquadramento

Nos últimos anos a IM Gestão de Ativos - SGOIC, SA (IMGA) tem procurado pautar a sua atuação com princípios de elevada responsabilidade social, ambiental e económica, privilegiando práticas que promovam a racionalização de recursos e o desenvolvimento sustentável.

A atividade da IMGA integra uma dupla responsabilidade, de proximidade aos seus colaboradores, parceiros e fornecedores e de potenciar o investimento dos seus clientes e acionista.

No âmbito da atividade, a Sociedade tem procurado privilegiar o investimento em empresas que adotem as melhores práticas ao nível do Governo, Direitos Humanos e Ambiente. Em 2021 avançou-se também na adaptação às novas diretrizes da União Europeia em matéria de sustentabilidade, nomeadamente o alinhamento com o Regulamento EU2019/2088 relativo à Divulgação de Finanças Sustentáveis (Regulamento SFDR).

Os Colaboradores são o principal Ativo da Sociedade e a sua proteção e promoção do seu bem-estar estão no ADN da IMGA, tendo sido reforçadas neste contexto pandémico.

A mobilidade dos colaboradores, nomeadamente a proximidade de serviços de transporte público, foi um fator decisivo na escolha das atuais instalações, nas quais existe já uma cultura de racionalização de recursos (consumíveis, iluminação, IT, ar condicionado).

A IMGA está também alinhada com o desafio das Alterações Climáticas, assumindo a internalização de custos ambientais, nomeadamente ao nível das emissões de Gases com Efeito Estufa (GEE). Para esse efeito, a Sociedade recorre a um instrumento de mercado para compensar as emissões inevitáveis de GEE - os créditos de carbono, expressos em toneladas de dióxido de carbono equivalente (tCO₂e) - gerados através de projetos que reduzem, em quantidade equivalente, a concentração de GEE na atmosfera, de uma forma adicional àquela que ocorreria na ausência desses mesmos projetos.

Conscientes de que a COVID-19 gerou dificuldades acrescidas junto da população mais carenciada, a IMGA conseguiu aumentar, em montante e número de organizações apoiadas, a atividade solidária desenvolvida todos os anos juntamente com os seus colaboradores, distribuidores, clientes e parceiros, no âmbito da campanha do “Dia Solidário”.

Após ter apresentado desde 2018 o seu Desempenho Ambiental juntamente com o Relatório e Contas anual, a IMGA avança este ano para um documento abrangendo também as dimensões económica e social, dando origem ao presente Relatório de Sustentabilidade.

É intenção da IMGA continuar a promover a prática de monitorização e divulgação de informação, numa ótica de responsabilidade face aos seus colaboradores, parceiros, clientes, fornecedores e acionista e nesse sentido tem vindo a trabalhar no desenvolvimento de políticas e processos, assim como na definição e integração de indicadores de desempenho económico, social e ambiental que permitam avaliar as ações realizadas e os impactos gerados.

Com o objetivo de melhorar a transparência e reporte corporativo com *stakeholders*, a IMGA pretende, a partir de 2022, elaborar o seu Relatório de Sustentabilidade de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo *Global Reporting Initiative (GRI Standards)*.

A IMGA

A IM Gestão de Ativos - Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, SA (IMGA) é uma entidade pioneira na gestão de fundos de investimento mobiliário em Portugal, tendo iniciado a sua atividade a 27 de abril de 1989.

Desde maio de 2015 é detida na sua totalidade pelo Grupo CIMD, um dos maiores grupos independentes nos mercados financeiros e de energia da Península Ibérica. Com mais de 35 anos de atividade, o Grupo CIMD integra 10 empresas e cerca de 350 colaboradores, oferecendo um serviço integrado e personalizado quer a clientes institucionais quer a particulares nas áreas de intermediação, consultoria, gestão, titularização e energia.

Atualmente a IMGA é a maior sociedade gestora independente no mercado nacional e uma referência do setor na Península Ibérica, com uma carteira de ativos de mais de €4,3B, composta por 28 fundos de investimento mobiliário comercializados aos balcões das redes do Millenniumbcp, ActivoBank, Crédito Agrícola, EuroBic, Bison Bank, Banco Invest, Banco Big e Banco Best.

A Sociedade oferece soluções de investimento e reforma adequadas ao perfil de risco do investidor, com base numa política de investimento criteriosa e disciplinada, orientada para a maximização do desempenho dos fundos, nas diferentes classes de ativos - Mercado Monetário, Curto Prazo, Obrigações, Multiativos, Ações e PPR - e para diversos horizontes temporais.

A IMGA proporciona também aos seus clientes institucionais um serviço integrado e inovador na constituição de estruturas de Fundos de Capital de Risco.

Procurando constantemente ajustar a sua oferta à evolução dos mercados, a Sociedade está a alargar a sua atividade, quer em termos de produtos e serviços, quer na dispersão geográfica da oferta e em novos canais de distribuição, mantendo a sua visão estratégica e os valores que a caracterizam.

Montante sob
gestão superior a
€4,3
Mil Milhões

Quota de mercado
21,7%

28
Fundos de
Investimento
Mobiliário

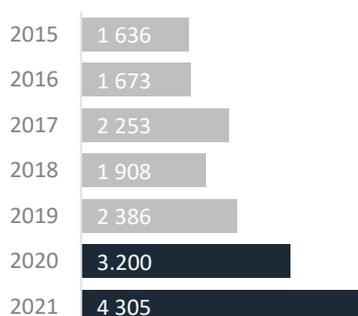
6
Fundos de
Capital de Risco

+ 30
anos de
atividade

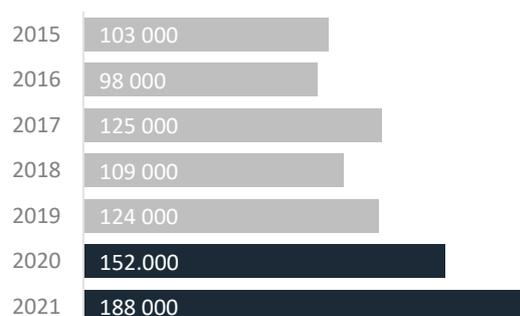
+ 40
Colaboradores

VOLUME DE ATIVOS SOB GESTÃO

(MILHÕES DE EUROS)



Nº DE PARTICIPANTES



PRINCÍPIOS E AMBIÇÃO

A IMGA baseia a sua atuação nos princípios de dinamismo, independência, profissionalismo, experiência e inovação, transparência, rigor ético e responsabilidade social, tendo adotado políticas e procedimentos em linha com as melhores práticas de mercado e *full compliance* com a legislação em vigor.

Com mais de 30 anos de existência, a Sociedade tem visto reconhecido o seu profissionalismo e competência quer pelos níveis de rentabilidade e consistência alcançados quer pela constante adequação dos seus Fundos às diferentes necessidades dos seus subscritores, recebendo, por diversas vezes, prémios e distinções da indústria.

O Fundo IMGA Ações Portugal foi galardoado na categoria de “Investment Fund Portugal 2021” pela Euronext Lisbon e distinguido com o Rating B (Blockbuster) pela revista Funds People que atribuiu esta distinção de “super-vendas do mercado” a mais 7 Fundos da Sociedade – IMGA Euro Taxa Variável, IMGA Rendimento Mais, IMGA Rendimento Semestral, IMGA Poupança PPR, IMGA Alocação Moderada, IMGA Alocação Conservadora e IMGA Ações América.

MISSÃO

Maximizar valor para os seus Clientes através de soluções diversificadas de investimento e poupança, geridas com eficiência, transparência e dedicação, mantendo sempre o compromisso de independência, seriedade e rigor na sua conduta.

A IMGA pretende também contribuir para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa, inclusiva e sustentável.

GOVERNO

A IMGA tem implementada uma estrutura de governo societário de acordo com as melhores práticas internacionais, com os recursos e meios necessários ao desempenho das respetivas funções, visando a promoção de uma gestão sã e prudente, assente numa efetiva segregação de funções e linhas de reporte direto claramente definidas.

A Sociedade adota como modelo de administração um Conselho de Administração e como modelo de fiscalização um Conselho Fiscal e um revisor oficial de contas, ou uma sociedade de revisores oficiais de contas, que não seja membro do Conselho Fiscal.

Os membros dos Órgãos Sociais são eleitos pela Assembleia Geral, para mandatos de três anos, sendo o mandato em curso válido para o triénio 2021/2023. A Assembleia Geral delibera nos assuntos sobre os quais especificamente a Lei e os Estatutos lhe atribuem competência quanto a questões fundamentais, como sejam a eleição de órgãos sociais, alterações ao contrato de sociedade e aprovação do Relatório de Gestão do Conselho de Administração, do Balanço e das Contas, bem como da Proposta de aplicação de resultados.

O Conselho de Administração designa a Comissão Executiva, à qual compete o desempenho de todas as funções de gestão corrente da Sociedade, sendo diretamente responsável pela atividade diária das diferentes Direções, contando com o apoio de 4 Comités – Comité de Direção, Comité de Investimento, Comité de Risco e Comité de Capital de Risco.

Faz ainda parte da estrutura interna uma Comissão de Remunerações, composta por dois Administradores não executivos e o Presidente do Conselho Fiscal, nomeados em Assembleia Geral, com competências de assessoria interna em matéria relativa à Política de Remunerações dos Órgãos Sociais.

A Unidade de Controlo reporta diretamente ao Conselho de Administração e tem como missão a coordenação global das funções de controlo interno através do acompanhamento e controlo do desempenho das funções das áreas de Auditoria Interna, de Compliance e AML e de Gestão de Risco, quer no que respeita à Sociedade, quer aos Fundos por si geridos.



A estrutura organizativa da Sociedade conta ainda com um Secretariado-Geral, na dependência da Comissão Executiva, com quem diretamente colabora na preservação da melhor articulação e garantia da adequada gestão, constituindo-se como sua assessoria, com responsabilidade na manutenção atualizada dos livros de atas dos Órgãos Sociais e Comissões ou Comitês Especiais.

A IMGA tem vindo a incorporar a sustentabilidade na sua atividade, tendo como o objetivo a criação de valor para os seus *stakeholders* através de uma gestão dos recursos assente em princípios de responsabilidade social, ambientais e económicos.

Dada a relevância e transversalidade que a temática de ESG tem assumido na estratégia da Sociedade, o desenvolvimento de todo o processo tem envolvido várias estruturas sob a coordenação direta da Comissão Executiva.

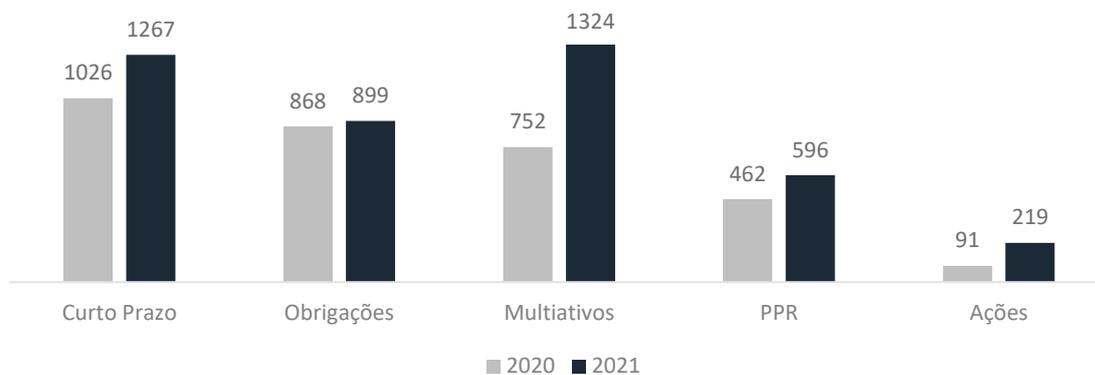
Desempenho Económico

Num contexto socioeconómico desafiante, a IMGA voltou a registar um crescimento significativo da sua atividade em 2021.

A recuperação dos mercados financeiros e o aumento do número de subscrições de fundos de investimento permitiram à IMGA reforçar a sua posição como maior sociedade gestora independente a nível nacional e, cada vez mais, uma referência do setor na Península Ibérica.

A Sociedade viu os seus ativos sob gestão aumentarem em €992M no ano, correspondendo a 23,3% do total de vendas líquidas no mercado nesse período. Acrescido do efeito da valorização da carteira dos Fundos, num total de €114M, os ativos sob gestão ascenderam a €4.305M em 2021, um crescimento de €1.105M (+35%) face ao ano anterior, representando uma quota de mercado de 21,7%.

ASG POR CLASSE DE FUNDOS (M.€)



Numa análise por categorias de fundos, salienta-se que os fundos multiativos, incluindo PPR, ascenderam a €1,9B no final do ano, correspondendo a um crescimento de 58% face a 2020 e a cerca de 45% do total de ativos sob gestão. Seguem-se os fundos monetários e de curto prazo (29,4%), os fundos de obrigações (21,2%) e os fundos de ações, que representaram 5% do total de ativos sob gestão na IMGA em 2021.

A Sociedade reforçou o investimento em meios e recursos de acordo com o Plano Estratégico definido, evidenciando que, mesmo em situações adversas, se encontra preparada e com a necessária qualificação e capacitação para continuar a garantir o crescimento sustentado da atividade.

VALOR ECONÓMICO DIRECTO GERADO E DISTRIBUÍDO

	2021	2020	2019	Var 2021/20
Rendimentos de serviços e comissões	9 109 203	8 729 425	16 362 076	4,4%
Outros Rendimentos de Exploração	58 478	22 114	346 845	164,4%
Gastos com serviços e comissões	1 060 147	719 152	8 761 213	47,4%
Comissões recebidas	9 356 648	9 796 160	7 997 664	-4,5%
Gastos operacionais	5 596 703	5 476 717	6 223 192	2,2%
<i>Donativos aceites fiscalmente</i>	24 500	23 750	21 500	3,2%
<i>Gastos com pessoal</i>	3 213 201	3 214 637	3 226 918	0,0%
<i>Gastos gerais administrativos</i>	1 762 062	1 652 172	1 805 810	6,7%
Impostos sobre o rendimento do exercício	634 762	682 988	470 343	-7,1%
Resultados antes de impostos	2 503 281	2 541 200	1 702 616	-1,5%
Pagamento de dividendos	1 850 000	1 500 000	2 000 000	23,3%

Valores em euros; Fonte: IMGA

A IMGA reconhece a importância de uma atuação sustentável, tendo assumido o compromisso de integrar os valores ambientais, sociais e de governo em toda a sua estrutura.

Neste sentido a Sociedade estabelece como prioridade a definição de políticas que promovam à redução de emissões de gases de estufa e a tomada de medidas efetivas e mesuráveis para a adaptação e mitigação das alterações climáticas, preservação da biodiversidade e eficiência energética bem como iniciativas com vista a mitigar as dificuldades vivenciadas pela comunidade.

Ao nível do risco, a IMGA tem analisado os impactos dos riscos ambientais, sociais e de governo na sua atividade, procurando desenvolver e implementar processos de *scoring* de riscos ESG bem como desenvolver fundos de investimento mais responsáveis, dando resposta à crescente necessidade dos investidores em contemplar fatores ambientais e sociais nos seus investimentos.

Desempenho Ambiental

A IMGA tem implementado, nos últimos anos, várias iniciativas internas que visam promover a racionalização dos recursos e a minimização do impacto ambiental da sua atividade.

As instalações da Sociedade estão dotadas de equipamentos e tecnologia para a economia de recursos ao nível de iluminação, sistemas de ventilação e renovação do ar, filtragem de água, impressoras e computadores, procedendo-se à separação para reciclagem dos equipamentos eletrónicos e consumíveis.

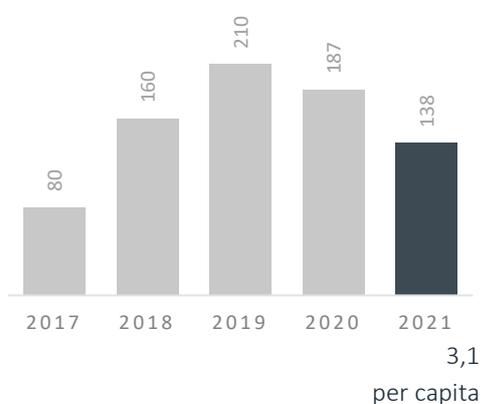
São distribuídas a todos os colaboradores garrafas individuais em vidro para a água; os copos para água e café de plástico foram substituídos por copos de papel e desde 2020 os talheres descartáveis passaram a ser de madeira.

ENERGIA

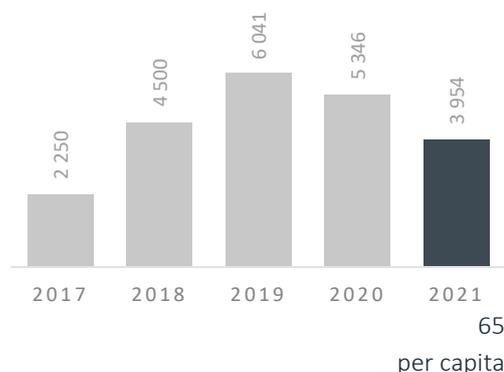
CONSUMO DE ENERGIA DIRETA (COMBUSTÍVEIS)

Não existe consumo de combustíveis nas instalações da IMGA (combustão fixa), pelo que o consumo direto de combustíveis ocorre exclusivamente por via da combustão móvel. Para efeitos de monitorização são considerados, além dos abastecimentos da frota própria, aquisições de combustível consumido em viaturas de colaboradores. Em 2021 foram consumidos 138 GJ de combustíveis (3,1 GJ per capita) equivalente a, aproximadamente, 4.000 litros de combustível (gasolina e diesel).

COMBUSTÍVEIS | GJ



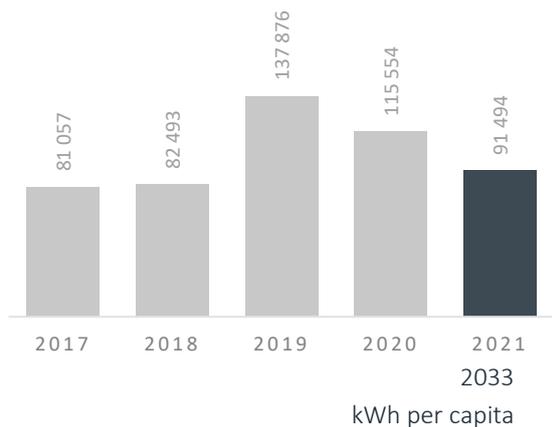
COMBUSTÍVEIS | litros



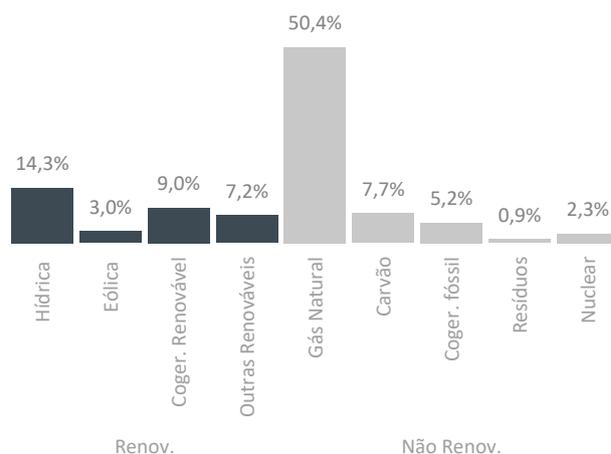
CONSUMO DE ENERGIA INDIRETA (ELETRICIDADE)

A energia elétrica representou 70% do consumo total de energia. Em 2021 foram consumidos 91 MWh (equivalente 329 GJ), o que corresponde a 2033 kWh per capita. O consumo específico de eletricidade (por colaborador) foi reduzido em 16% face a 2020. Em 2021, 33,5% de eletricidade consumida teve origem em fontes renováveis¹.

ELETRICIDADE | kWh



ELETRICIDADE | FONTE ENERGIA PRIMÁRIA (%)

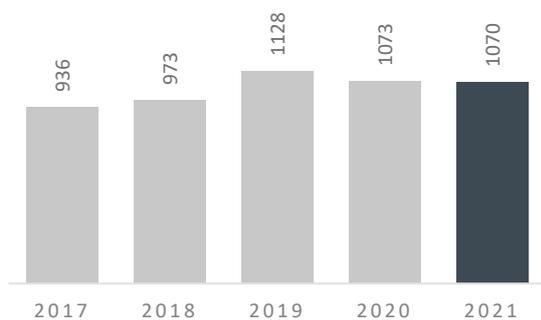


CONSUMÍVEIS

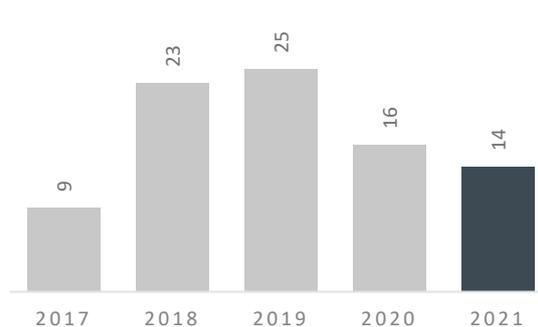
Apesar de hoje dominarem os *deliverables* digitais, na atividade da IMGA é inevitável o consumo de papel e *toner*. Em 2021 o consumo de papel atingiu cerca de 1 tonelada (1070 kg) correspondente a um consumo *per capita* de 24 kg (9,5 resmas por colaborador). Face a 2020, o consumo específico de papel aumentou 6%.

O consumo total de toner atingiu 14 kg (310 g/colaborador), representando uma diminuição do consumo específico de 9%.

PAPEL | Kg



TONER | Kg



24
kg per capita

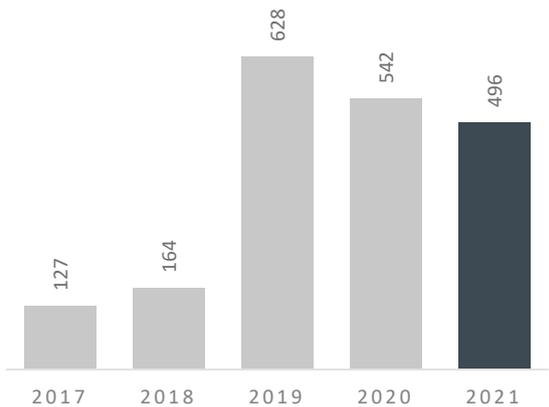
0,31
kg per capita

¹ Dados relativos ao 4º trimestre de 2021 publicados pela EDP Comercial

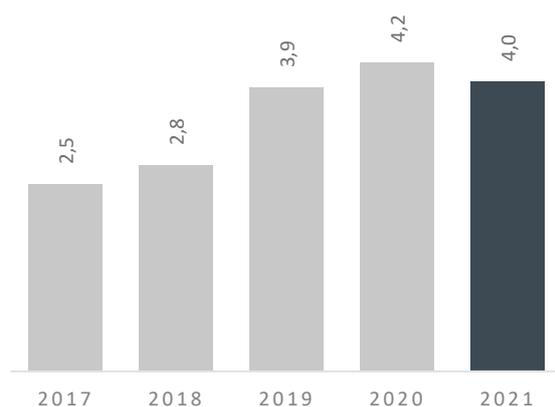
ÁGUA E RESÍDUOS

O consumo de água atingiu um valor *per capita* de 44 litros/dia (num total de 496 m³), o que corresponde a uma redução de 9% face a 2020. Relativamente à produção de resíduos estimou-se uma produção em cerca de 4,0 ton anuais, correspondente a cerca de 88 kg por colaborador.

ÁGUA | m³



RESÍDUOS | ton



11
m³ per capita

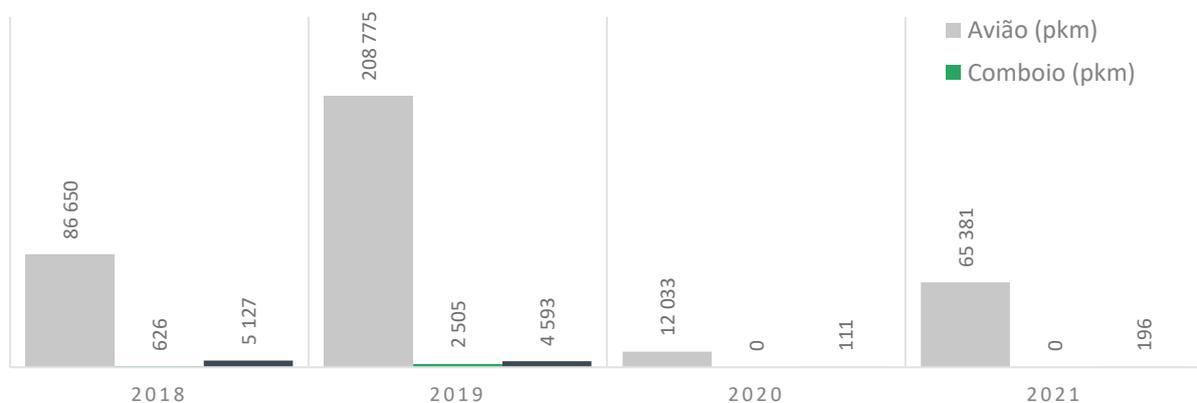
88
kg per capita

MOBILIDADE INDUZIDA

DESLOCAÇÕES EM SERVIÇO

As deslocações em serviços representaram, em 2021, cerca de 65.500 km (1.457 km por colaborador), o que representa um aumento significativo face a 2020, ainda assim 70% baixo dos níveis de mobilidade de 2019 (pré-contexto pandémico COVID-19).

DESLOCAÇÕES EM SERVIÇO | km

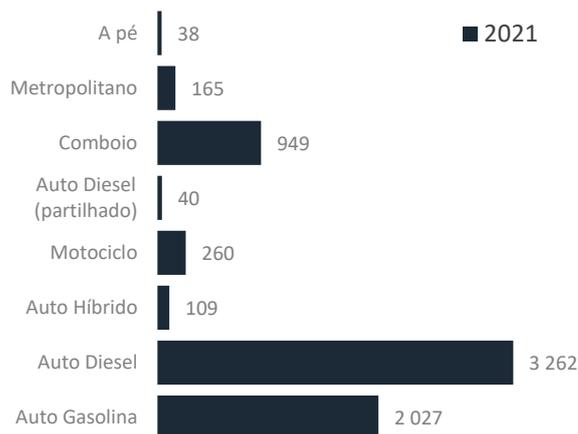


km per capita:
1457

MOBILIDADE PENDULAR

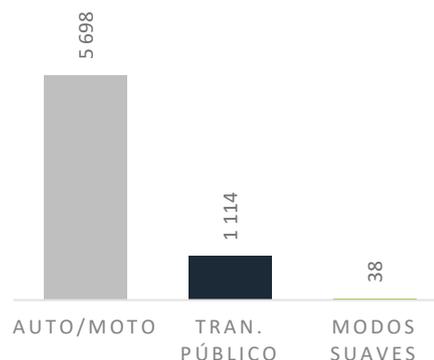
Em 2021, devido às restrições COVID-19, foi solicitado aos colaboradores a utilização de viatura própria, sempre que possível, tendo a IMGA garantido a disponibilidade de lugares de estacionamento. Nos períodos de confinamento mais restrito e teletrabalho obrigatório, foi implementado um sistema de escalas rotativas, com equipas em trabalho presencial e em teletrabalho.

MOB. PENDULAR | Perfil anual por colab. (km)



Total 2021
6.850km/colab.

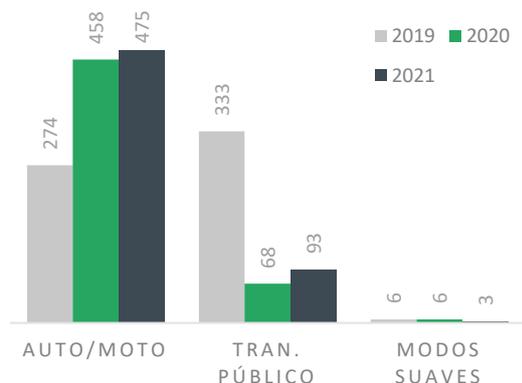
MOB. PENDULAR | km/colab.ano



Total 2021
6.850km/colab.ano

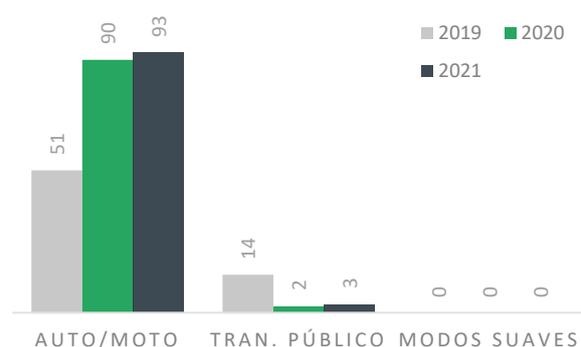
A distância média diária (casa-trabalho-casa) percorrida por um colaborador IMGA em 2021 foi de 30,4 km. Em média cada colaborador percorreu, em 2021, 6.850 km nas suas deslocações casa-trabalho-casa. Cerca de 83% em viatura própria (Auto/Moto), 16% em transporte público e 1% em modos suaves (bicicleta / a pé).

MOB. PENDULAR | km/colab.mês



Total 2021
571km/colab.mês

MOB. PENDULAR | kgCO₂/colab.mês



Total 2021
96kgCO₂/colab.mês

Numa base mensal, cada colaborador IMGA percorreu, em média, 571 km. Este nível de mobilidade pendular foi responsável pela emissão mensal de 96 kg CO₂e por colaborador. Cerca de 94% das emissões estão associadas ao modo automóvel.

EMISSÕES DE GASES COM EFEITO ESTUFA (GEE)

EMISSÕES TOTAIS

As emissões totais de GEE associadas à atividade da IMGa atingiram, em 2021, 95 tCO₂e (2,1 tCO₂e por colaborador), o que representa uma manutenção do nível de emissões face a 2020.

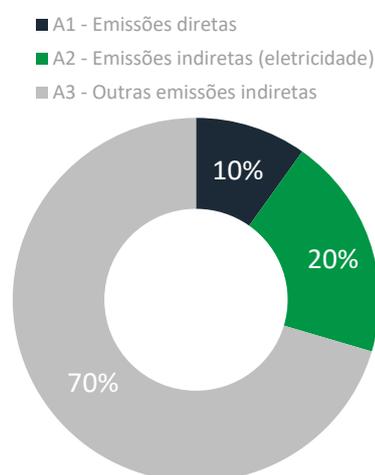
Valores em tCO ₂ e	2017	2018	2019	2020	2021	Δ 20/21
A1 - Emissões diretas	5,47	10,99	14,38	12,66	9,36	-26%
A2 - Emissões indiretas (eletricidade) – MB ²	33,15	27,31	34,59	22,77	18,77	-18%
A3 - Outras emissões indiretas	7,47	19,59	75,06	59,62	66,95	12%
Total	46,10	57,89	124,03	95,04	95,08	0%
(A1+A2) per capita (p/colab.)	1,33	1,20	1,11	0,74	0,63	-15%
Total per capita (p/colab.)	1,59	1,81	2,82	1,98	2,11	7%
A2 - Emissões indiretas (eletricidade) – LB ³	-	-	41,64	28,38	32,38	

EMISSÕES POR ÂMBITO

EMISSÕES GEE | POR ÂMBITO (tCO₂e)



EMISSÕES GEE 2021 | POR ÂMBITO (%)



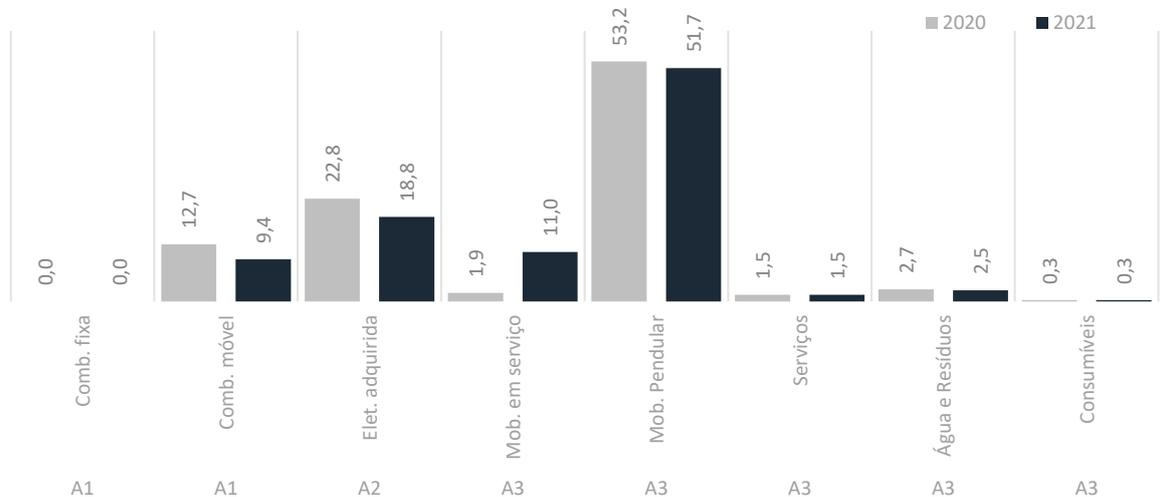
As emissões diretas (Âmbito 1) e emissões indiretas resultantes da produção da eletricidade adquirida (Âmbito 2) representaram 30% das emissões, cerca 28 tCO₂e (625 kgCO₂e por colaborador). Face a 2020 registou-se uma redução das emissões específicas (p/ colaborador) de 15%.

² Market-based (MB): abordagem baseada no mercado; tendo por base o mix do comercializador de eletricidade.

³ Location-based (LB): abordagem baseada na localização, tendo por base o mix de fornecimento em Portugal.

EMISSÕES POR FONTE

EMISSÕES GEE | POR FONTE (tCO₂e)



Por âmbito e por colaborador, a IMGA emitiu, em 2021:

208 kg CO₂e A1 (Emissões diretas) / redução de 21% face a 2020

417 kg CO₂e A2 (Emissões indiretas - eletricidade) / redução de 12% face a 2020

1 488 kg CO₂e A3 (Outras emissões indiretas) / aumento de 20% face a 2020

2 133 kg CO₂e TOTAL / aumento de 7% face a 2020

EQUIVALÊNCIAS

O total emitido de GEE, em 2021, de **95 tCO₂e** equivale a:



800 Viagens de automóvel Lisboa-Porto-Lisboa
37 Automóveis a circular em Lisboa durante um ano



12 mil Lâmpadas LED acesas durante 1 ano (considerando um LED de 5W)



Ao sequestro anual de **10 mil** árvores

COMPENSAÇÃO DE EMISSÕES

INTERNALIZAÇÃO DO CUSTO DO CARBONO

A IMGGA assume a gestão e compensação das suas emissões de carbono como uma oportunidade para alinhar a ação com os seus colaboradores, parceiros e clientes, projetando uma imagem de proatividade, transparência e compromisso empresarial.

A compensação das emissões (95 tCO₂e) é efetuada através da aquisição de créditos de sequestro de carbono.

NOTA TÉCNICA

O cálculo de emissões de GEE considerara os três principais gases com efeito de estufa: dióxido de carbono (CO₂), metano (CH₄) e óxido nitroso (N₂O). Todos os resultados são apresentados em dióxido de carbono equivalente (CO₂e).

Os fatores de emissão têm por base os valores definidos pelo *Intergovernmental Panel for Climate Change* (IPCC) e pelo *National Inventory Report* (NIR) ajustados, sempre que necessário, à realidade Portuguesa, com base em dados publicados por entidades oficiais nacionais (Agência Portuguesa do Ambiente, Direção Geral de Energia e Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos).

Para o transporte aéreo internacional foram utilizados fatores de emissão representativos do tráfego internacional, publicados anualmente pelo UK *Department for Environment Food and Rural Affairs* (DEFRA).

Desempenho Social

Os Colaboradores são o principal Ativo da IMGA, contribuindo decisivamente para o seu sucesso pelo que, desde sempre, a Sociedade procura proporcionar um ambiente acolhedor, motivador e inclusivo, respeitando os direitos e liberdades dos Colaboradores.

A equipa é constituída por 41 profissionais de elevada competência técnica e, em média, com uma experiência superior a 20 anos na indústria da gestão de investimentos.

TOTAL	POR GÉNERO		TIPO CONTRATAÇÃO		HORAS FORMAÇÃO	ROTATIVIDADE (TR)	ABSENTISMO *
41 colaboradores	39% F	61% M	92,7% S/ Termo	7,3% Prazo / Estágios	54 horas/colab.	7,3%	3,7% <small>* - Relativo a licença parental, casamento, luto e baixa médica</small>

Categorias	n.º	F			M			Rácio salarial F/M
		< 30	30-50	>50	< 30	30-50	>50	
Comissão Executiva	3			33%			67%	1,2
Direção	17		18%	6%		29%	47%	0,7
Gestores	6	17%	17%		17%	50%		0,9
Técnicos	13	8%	23%	31%	15%	8%	15%	1,0
Administrativos	1	100%						n.a.
Estagiários	1				100%			n.a.
	41	3	7	6	4	9	12	

Habilitações Literárias

Dr/Mestrado/PG/Executive Masters	Licenciatura	Secundário
16	14	11

A IMGA garante um tratamento justo e com igualdade de oportunidades a todos os seus Colaboradores, estabelecendo a sua remuneração segundo a categoria e grau de cumprimento dos objetivos definidos e promovendo a sua valorização pessoal e profissional.

Um dos fatores mais relevantes para a produtividade tem sido a aposta na Formação. Para além do programa de integração de novos colaboradores, em que nos primeiros dias são recebidos pelos responsáveis de cada Direção de modo a obter um conhecimento geral do negócio e do funcionamento da Sociedade, a IMGA desenvolve anualmente um Plano de Formação, interna e externa, geral e específica, com o objetivo de capacitar e atualizar

permanentemente as competências dos Colaboradores, permitindo melhorar o desempenho das suas funções e um maior desenvolvimento pessoal e profissional.

Em 2021 foram realizadas mais de 2.000 horas de formação nas mais diversas áreas, seguindo o Plano definido, tendo em conta as necessidades estratégicas e o cumprimento das normas regulamentares. Paralelamente, a Sociedade apoiou financeiramente estudos académicos propostos por Colaboradores, nomeadamente pós-graduações, CFA's e doutoramentos.

A IMGGA atua segundo elevados padrões de exigência ética e profissional consagrados no seu Regulamento Interno de Conduta, rejeitando qualquer situação de discriminação, assédio ou violação dos direitos humanos que afete a dignidade dos Colaboradores.

Sendo de conhecimento e adesão obrigatória por parte de todos os Colaboradores, o Regulamento Interno integra ainda as medidas disciplinares a aplicar sempre que sejam detetadas situações de incumprimento às regras de conduta.

O compromisso da IMGGA em exercer a atividade de forma prudente e responsável encontra-se também inscrito em várias políticas corporativas - Gestão de Risco, Prevenção e Gestão de Conflito de Interesses, Prevenção do Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo, entre outras - que constam do "Manual de Políticas, Procedimentos e Controlo Interno" e que são atualizadas sempre que se justifique.

Em matéria de sustentabilidade, 2021 foi também marcado por um trabalho intensivo no desenvolvimento da política da Sociedade e na atualização da informação pré-contratual dos OIC, decorrentes da entrada em vigor do Regulamento SFDR.

BENEFÍCIOS SOCIAIS

A proteção e promoção do bem-estar dos Colaboradores estão no ADN da IMGGA.

Com uma localização próxima de uma vasta rede de transportes públicos, as instalações da Sociedade são seguras e adequadas, contando com espaços equipados com frigorífico e micro-ondas para usufruto de todos os Colaboradores, sendo ainda disponibilizado o acesso gratuito e ilimitado a água, cafés e chás.

Todos os Colaboradores usufruem de 25 dias de férias por ano e, adicionalmente, a IMGGA oferece como férias o dia de aniversário, a segunda-feira depois da Páscoa, o dia 26 de dezembro e/ou tolerância de ponto nos dias 24 ou 31 dezembro.

Para além dos benefícios sociais que se encontram estabelecidos na legislação em vigor, tal como o seguro de saúde e de vida, gestão de saúde e segurança no trabalho, em maio de 2021 foi disponibilizada uma Consulta de Saúde Cardiovascular aos Colaboradores, sendo os custos assumidos pela IMGGA. Adicionalmente, a Sociedade estabeleceu um acordo de parceria com a Farmácia das Avenidas, que permite aos Colaboradores terem acesso a descontos em medicamentos (5%) e em produtos de saúde nas farmácias (10%).

MEDIDAS DE PROTEÇÃO À COVID-19

Desde o aparecimento da pandemia a IMGGA tem adotado, a cada momento, as medidas mais adequadas perante a evolução epidemiológica e tendo em conta as recomendações das autoridades públicas.

Assim, em março de 2020, foram imediatamente implementadas medidas adicionais de proteção aos Colaboradores, destacando-se as seguintes:

- i) Escala de teletrabalho em períodos alternados, com disponibilização de portáteis, acesso a VPN e o acompanhamento diário da atividade e das condições de saúde dos Colaboradores em teletrabalho;
- ii) Disponibilização de lugares de garagem (no edifício e num parque próximo) a todos os Colaboradores no sentido de evitar a utilização de transportes públicos;
- iii) Horários diferenciados;
- iv) Disponibilização de almoços diários para todos os Colaboradores presentes no escritório (mantendo o pagamento do subsídio de refeição);
- v) Distribuição de kit (máscara reutilizável e toalhetes) a todos os Colaboradores;
- vi) Criação de uma área de confinamento para o risco de identificação de caso suspeito, desinfeção periódica das instalações e colocação de medidores de temperatura corporal e tapete de desinfeção do calçado nas entradas;
- vii) Realização de testes serológicos, antigénios e PCR recorrentes a todos os Colaboradores e consultores externos que habitualmente prestam serviço nas instalações da Sociedade.

Estas medidas vigoraram também ao longo do ano de 2021 e, mantendo o seu posicionamento pró-ativo, a IMGA decidiu prolongar para 2022 a realização de testes à Covid-19 a toda a Equipa com uma periodicidade mensal, assumindo os respetivos custos, continuando também a proporcionar a todos os Colaboradores e consultores externos que habitualmente prestam serviço nas instalações da Sociedade um almoço semanal.

RESPONSABILIDADE SOCIAL

A Responsabilidade Social Corporativa visa o desenvolvimento de estratégias, políticas e ações que promovam uma atividade mais inclusiva e responsável, ao nível social e ambiental.

No envolvimento com a Comunidade, a IMGA e o Grupo CIMD, ao qual pertence, procuram reforçar junto dos seus Clientes, Parceiros e Colaboradores uma participação ativa com a causa solidária, organizando a campanha do “Dia Solidário”, onde são oferecidas todas as receitas geradas pelas empresas do Grupo nesse dia a um conjunto de ONG’s portuguesas e espanholas que cumpram os princípios de transparência e boas práticas.

Em Portugal já foram apoiadas 14 organizações nas áreas de investigação e saúde, formação e apoio social num total de cerca de 160 mil euros em donativos.

No último ano, a IMGA reuniu um total de 24.500 euros no âmbito do “Dia Solidário”, que foram entregues à Ajuda de Mãe (7.500 euros), à Associação Crescerbem (8.500 euros) e à Fundação Rui Osório de Castro (8.500 euros).

i m | g | a |

17º DIA SOLIDÁRIO

Ano	Valor (€)
2019	21.500 €
2020	23.750 €
2021	24.500 €

“UM DIA DE TRABALHO, UM DIA SOLIDÁRIO”

grupo **cimd**
 Servicios de intermediación
 consultoría, gestión y energía



RUNNING DAY

A IMGA realiza anualmente, desde 2016, um evento que alia a prática de exercício ao ar livre a um agradável convívio entre atuais/potenciais Distribuidores e Clientes, Colaboradores e seus familiares, finalizando com um almoço.

Nos últimos dois anos, devido ao contexto pandémico, esta atividade foi suspensa por razões de saúde pública.

APOIO AO CONHECIMENTO COMO FATOR DE DESENVOLVIMENTO

Conscientes de que a promoção do conhecimento e informação das comunidades com que se relaciona confere maior empoderamento dos indivíduos, a IMGA tem tido uma atenção especial não só com os seus Colaboradores, como no apoio a colaboradores de empresas parceiras, nomeadamente nos PALOPs.

Com a pandemia foram interrompidas as habituais ações de formação a instituições financeiras em Cabo Verde, Angola e Moçambique e reduzida a receção de estagiários e profissionais de instituições financeiras internacionais.

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS)

A nível mundial há ainda um longo trabalho a fazer para cumprir-se a Agenda 2030 das Nações Unidas e alcançarmos um mundo próspero, sustentável e de paz.

A IMGA considera fundamental o esforço conjunto de países, empresas e comunidade para a persecução dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e das 169 metas que integram a Agenda 2030 e tem vindo a analisar de que forma poderá adequar a sua atividade e cultura empresarial com a concretização desses Objetivos.

Procurando contribuir ativamente, em conjunto com os seus *stakeholders*, para um desenvolvimento sustentável, socialmente inclusivo e ambientalmente responsável a IMGA aderiu em 2021 aos 10 Princípios do *Global Compact* das Nações Unidas, comprometendo-se a alinhar a sua estratégia de modo a adotar e apoiar um conjunto de valores em matéria de direitos humanos, práticas laborais, proteção ambiental e combate à corrupção.

A Sociedade pretende ainda aumentar e melhorar a transparência e comunicação destes temas, com a divulgação das ações realizadas e a avaliação dos impactos gerados, através da publicação anual de relatórios de progresso a partir de 2022.